CONSÓRCIO ENERGÉTICO

CRUZEIRO DO SUL

PBA-COMPONENTE INDÍGENA
RELATÓRIO ANUAL ANO 5

setembro de 2017

Versão 01

DADOS DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: CONSÓRCIO ENERGÉTICO CRUZEIRO DO SUL

CNPJ: 08.587.195/0001-20

ENDEREÇO: RUA COMENDADOR ARAÚJO 143; EDIFÍCIO EVERESTE – 19º ANDAR

BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO/UF: CURITIBA/PR

CEP: 80.420-000

TELEFONE: (41) 3028 4300

HOMEPAGE: http://www.consorciocruzeirodosul.com.br/

CONTATO: Carlos Alberto Gimenez Costa

CARGO/FUNÇÃO: Coordenador Geral do PBA - CI

TELEFONE: (43) 3345 1967

CORRESPONDÊNCIA ELETRÔNICA: carlos@usinamaua.com.br

Superintendência Geral: Luiz Fernando Prates de Oliveira

Superintendência Técnica: Paulo Henrique Rathunde

Superintendência Administrativa e Financeira: Ricardo Doetzer

Equipe Responsável:

Coordenação Geral do PBA – CI: - Carlos Alberto Gimenez Costa – Administrador

Coordenação Antropológica: Paulo Serpa até agosto de 2017

Equipe técnica:

Edinei de Almeida - Engenheiro Agrônomo – Coordenação de Agronomia

Rodrigo Souza Fontes de Salles Graça – Historiador – TI Mococa e TI Queimadas até abril de 2017

Thiago Luiz Ragugnetti Furlaneto - Engenheiro Agrônomo – TI Mococa e TI Queimadas

Diego Campos Arruda Rodrigues – Sociólogo – TI Apucaraninha

Felipe Aranha de Andrade - Engenheiro Agrônomo – TI Apucaraninha

Maicon Fernando Marcante – Historiador – TI São Jerônimo e TI Barão de Antonina

Igor Karol Brasileiro de Souza - Engenheiro Agrônomo – TI São Jerônimo e TI Barão de Antonina

Alvaro Antônio Russo Júnior – Antropólogo – TI Laranjinha, TI Ywy Porã e TI Pinhalzinho

Noberto Takumi Doi - Engenheiro Agrônomo – TI Laranjinha, TI Ywy Porã e TI Pinhalzinho

Colaboração Técnica: Aires Junior Silva – Administrador – escritório de Londrina

Apoio administrativo - Valéria Cássia Baptista

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 6
2. APRESENTAÇÃO 8
3. SOBRE O EMPREENDIMENTO 9
   3.1. A USINA 9
   3.2. LICENCIAMENTO AMBIENTAL 9
   3.3. VISÃO GEOGRÁFICA DO EMPREENDIMENTO E DAS COMUNIDADES INDÍGENAS 10
4. HISTÓRICO 12
5. SITUAÇÃO DO PBA-CI AO FINAL DO QUINTO ANO DO PLANEJAMENTO INICIAL 13
6. ANÁLISE DA GESTÃO DO PBA-CI 35
   6.1. PLANEJAMENTO 35
   6.2. EXECUÇÃO 37
   6.3. AVALIAÇÃO NO QUINTO ANO 39
   6.4. GESTÃO POR PROJETOS 39
   6.5. SAFRAS DE GRÃOS 41
7. RELATÓRIO EXECUTIVO 42
   7.1. SÍNTESE DOS RELATÓRIOS ANUAIS POR PROGRAMA 43
   7.2. ANÁLISE DA EQUIPE TÉCNICA AGRONÔMICA E DE CIÊNCIAS HUMANAS 77
   7.3. RECOMENDAÇÕES E ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: 89
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS 95
9. ANEXOS 96

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Visão geográfica da UHE GCJ e das Comunidades do PBA-CI. 11
Figura 2 – Situação panorâmica do PBA-CI em junho/2017 13

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Programa 1A: situação e pendências 15
Tabela 2 - Programa 1A: detalhamento de cursos / oficinas / eventos 15
Tabela 3 - Programa 1B: situação e pendências 16
Tabela 4 - Programa 1C: situação e pendências 16
Tabela 5 - Programa 2A: situação e pendências 17
Tabela 6 - Programa 2A: detalhamento da produção por TI 18
Tabela 7 - Programa 2A: detalhamento de cursos / oficinas / eventos – PARTE 1 19

Tabela 8 - Programa 2A: detalhamento de cursos / oficinas / eventos – PARTE 2 20
Tabela 9 - Programa 2B: situação e pendências 22
Tabela 10 - Programa 3: situação e pendências 23
Tabela 11 - Programa 4: situação e pendências 24
Tabela 12 - Programa 4: detalhamento do realizado 25
Tabela 13 - Programa 5A: situação e pendências 26
Tabela 14 - Programa 5B: situação e pendências 27
Tabela 15 - Programa 5C: situação e pendências 28
Tabela 16 - Programa 6A: situação e pendências 29
Tabela 17 - Programa 6B: situação e pendências 29
Tabela 18 - Programa 6C: situação e pendências 30
Tabela 19 - Programa 7: situação e pendências 30
Tabela 20 - Programa 8A: situação e pendências 31
Tabela 21 - Programa 8B: situação e pendências 32

1. Introdução

Este documento tem por objetivo apresentar a situação do Plano Básico Ambiental Componente Indígena – PBA-CI – da UHE Jaime Canet Junior – UHE GJC (UHE Mauá) – considerando o final do quinto ano do seu planejamento inicial que se encerrou em junho de 2017, fazer uma análise crítica do andamento das atividades observando os aprendizados ocorridos para todas as partes envolvidas durante sua execução, bem como mostrar caminhos vislumbrados para a continuidade das ações que, por motivos diversos, não puderam ser concluídas durante o período inicial.

A execução do PBA-CI nestes cinco anos do planejamento inicial gerou resultados expressivos para todos os envolvidos, incluindo FUNAI, CECS com sua equipe técnica, Ministério Público e, principalmente, Conselho Indígena e as oito comunidades envolvidas com o programa. Tais resultados não se limitam a quantitativos atingidos pelas ações executadas, os quais são importantes, mas se consolidam também por uma visão muito mais ampla de todos os participantes em relação ao que significa a execução de um componente indígena de um PBA decorrente do licenciamento de um empreendimento.

Dos efetivos impactos do referido empreendimento aos sonhos de uma comunidade estimulados por expectativas de melhoria das condições de vida de seus integrantes, os desdobramentos das ações vão, aos poucos, demonstrando variáveis diversas que nem sempre são claras durante o planejamento inicial e que acabam influenciando significativamente os resultados, algumas vezes com frustrações, outras com agradáveis surpresas. Este fato não é novidade no arcabouço técnico científico, sobretudo antropológico, o que demanda flexibilidade e capacidade de adequação dos programas à realidade de cada terra indígena, construídos principalmente à partir das informações etnográficas de campo.

A despeito disso, no momento da elaboração do PBA-CI nem sempre este cuidado se consolida, pois expectativas de reproduzir estilos de vida e de produção dos vizinhos não indígenas, aparentemente fáceis de incorporar, acabam contaminando o planejamento ao introduzir ações que, na hora de executar, encontram limitações e resistências exatamente nos aspectos relacionados aos modos de vida histórico-culturais das comunidades envolvidas.

O PBA-CI da UHE GJC não ficou imune a tal situação ao se consolidar em compromisso abrangente com a participação das oito comunidades indígenas, o CECS, a FUNAI e o Ministério Público Federal. Ao longo dos cinco primeiros anos, por meio do diálogo permanente estabelecido nos Comitês Gestores Locais, várias adaptações foram sendo incorporadas com propósitos de adequar o que estava previsto à realidade que se apresentava durante a caminhada. Alguns equívocos puderam ser corrigidos, outros não.

Observa-se que ao final do planejamento inicial, várias ações previstas não foram concluídas. O CECS entende que seu compromisso assumido no PBA-CI implica na conclusão das ações previstas, estas definidas a partir dos objetivos de cada programa. Importante salientar, portanto, que a situação da execução das ações aqui apresentada é a base que orienta a elaboração do

planejamento do próximo período que está sendo conduzido a partir da diretriz de gestão por projetos.

Este momento é importante, pois significa oportunidade para algumas reorientações, com base na experiência adquirida, as quais ainda não foram possíveis implementar. Entretanto, tais reorientações não podem e não devem representar uma repactuação geral, uma vez que tal situação poderia onerar as empresas constituintes do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, Copel e Eletrosul, além dos compromissos firmados há cinco anos. Ressalta-se aqui que a execução do PBA-CI se consolida a partir de recursos públicos que devem ser gerenciados seguindo-se as orientações da gestão pública, esta fiscalizada por instituições diversas com tal atribuição.

Construído este pano de fundo, é fundamental que, ao final do quinto ano de execução do PBA-CI, se concretize um planejamento claro, objetivo, com horizonte temporal e de recursos transparente e alinhado às expectativas de todas as partes envolvidas. Assim, este relatório anual vai além do relato das ações executadas no último ano, mas se constitui num marco divisório que define claramente o que já foi executado e o que ainda precisa ser executado com base nas ações previstas no planejamento inicial do PBA-CI.

2. Apresentação

Este relatório foi estruturado de forma a apresentar o detalhamento de sua execução no quinto ano e facilitar a compreensão da situação do PBA-CI ao final do seu planejamento inicial de cinco anos.

O item “3 - Sobre o empreendimento”, apresenta a UHE GJC, seu processo de licenciamento ambiental baseado no Estudo de Impacto Ambiental – EIA – e no Relatório de Meio Ambiente – RIMA que levou à elaboração do PBA-CI para atendimento de oito comunidades indígenas na Bacia Hidrográfica do Tibagi onde o empreendimento foi implantado, mostra uma visão geográfica da relação espacial entre o empreendimento e estas comunidades indígenas e apresenta algumas considerações sobre o impacto do empreendimento sobre estas comunidades.

O próximo item, “4 - Histórico”, apresenta um rápido relato da execução do PBA-CI desde o início, abordando os pontos considerados, pelo CECS, mais significativos.

O item “5 - Situação do PBA-CI ao final do quinto ano do planejamento inicial” traz informações consolidadas sobre a situação do PBA-CI ao final do quinto ano do planejamento inicial.

Para que na continuidade do PBA-CI se construa uma visão alinhada e única entre todas as partes interessadas, é necessária uma reorganização da gestão do programa como um todo, o que vem descrito no item “6 - Análise da gestão do PBA-CI”.

O item “7 - Relatório Executivo” traz uma síntese dos relatórios anuais relacionados às ações executadas no quinto ano, em detalhe nos anexos, e apresenta a análise das equipes técnicas sobre o andamento destas atividades no decorrer do ano, finalizando com orientações e recomendações técnicas.

Por último, tecem-se Considerações finais no item 8.

3. Sobre o empreendimento

3.1.A Usina

Em 28 de novembro de 2006 foi assinado o Contrato de Constituição do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS tendo como objetivo a implantação e a exploração do empreendimento de geração denominado Usina Hidrelétrica Mauá — UHE MAUÁ - hoje Usina Hidrelétrica Governador Jaime Canet Junior – UHE GJC - e das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora atuando como Produtor Independente de Energia Elétrica, com a seguinte composição:

- COPEL GERAÇÃO S.A. – Participação: 51%.
- ELETROSUL Centrais Elétricas S.A. – Participação: 49%.

O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul — CECS sagrou-se vencedor no Leilão de Energia Elétrica 004/2006 no dia 10 de outubro de 2006 para a Implantação da Usina Hidrelétrica MAUÁ localizada no Estado do Paraná entre os municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, para contratação de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos, com posterior Outorga de Concessão, através do Decreto Presidencial de 28 de junho de 2007, publicado no Diário Oficial da União seção I n.º 124 em 29 de junho de 2007 e Contrato de Concessão n.º 001/2007 MME- UHE Mauá de 03 de junho de 2007.

O empreendimento foi amparado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal com 363 MW de potência instalada de geração, suficientes para atender cerca de 1 milhão de habitantes, uma subestação elevadora e duas linhas de transmissão em 230 kV para as subestações Figueira e Jaguariaíva conectando o empreendimento ao Sistema Interligado Nacional – SIN. A usina entrou em operação no ano de 2012, tendo sido inaugurada no dia 12 de dezembro daquele ano.

3.2.Licenciamento ambiental

O empreendimento UHE GJC obteve sua licença prévia 9.589 em 11/12/2006. O Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da então UHE Mauá elaborado pelo CNEC não apontou impactos em terras indígenas, levantando questionamentos por parte do Ministério Público Federal que demandou estudos sobre eventuais impactos nas comunidades Mococa e Queimadas pelo critério de impacto global. O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) encaminhou ao CECS em 05/02/2007 um Termo de Referência para contratação de estudos relativos à questão indígena. O LACTEC, contratado para tal, encaminhou ao CECS os resultados destes estudos em fevereiro de 2008, que incluíam uma matriz de impactos. Tais estudos foram complementados, por solicitação do IAP, e concluídos no segundo semestre de 2009.

Baseado na Nota Técnica Nº6 – Parecer/2005, justificada pela unidade cultural, sociológica e histórica das terras indígenas da região, o Ministério Público Federal demandou a inclusão de outras

cinco comunidades nestes estudos: Apucaraninha, Barão de Antonina, Laranjinha, Pinhalzinho e São Jerônimo.

Em janeiro de 2010 o CECS contratou um antropólogo para elaboração do PBA Componente Indígena que posteriormente deu continuidade aos trabalhos como seu coordenador. Em julho de 2010 este antropólogo, baseado nos critérios da Nota Técnica Nº 6 – Parecer/2005 incluiu também a Terra Indígena Ywy Porã/Posto Velho. O PBA-CI foi elaborado de forma participativa por meio de oficinas realizadas em cada uma das oito terras indígenas no período de agosto a outubro de 2010.

O empreendimento teve sua licença de instalação 6.496 publicada em 27/09/2011 na qual constava a condicionante 12: "Implantar Programa de assistência às comunidades indígenas em conjunto com a FUNAI."

Em janeiro de 2012 o PBA-CI foi aprovado em todas as terras indígenas que propuseram pequenas alterações, incorporadas e encaminhadas à FUNAI que emitiu a Informação Técnica 179/COLIC/CGGAM/12 solicitando revisões, assimiladas e protocoladas na FUNAI em abril de 2012.

A Licença de operação – LO - 27.431 da UHE Mauá foi emitida em 19/10/2012 e requeria por sua condicionante 50: "Implantação integral do componente indígena do PBA conforme escopo e cronograma previsto incluindo o atendimento integral das condicionantes contidas no ofício 340/2012/DPDS/FUNAI/MJ" o qual faz menção à Informação 269/COLIC/CGGAM/12 da FUNAI, esta sendo o instrumento que aprovou a execução do PBA-CI.

A LO foi renovada em 10/03/2014 com vigência até 14/04/2019 contendo a Condicionante 41 com o mesmo texto da Condicionante 50 da LO anterior.

Como resultado do processo de licenciamento, o empreendimento Mauá resultou em investimento expressivo de R$ 210 milhões em programas ambientais que contempla o PBA Componente Indígena e mais R$ 58 milhões com o programa de reassentamento, a maior parte nos municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba.

3.3. Visão geográfica do empreendimento e das Comunidades Indígenas

No mapa da Figura 1 pode-se observar a relação espacial existente entre o empreendimento UHE Governador Jaime Canet Junior (UHE GJC, antiga UHE Mauá) e as comunidades indígenas atendidas pelo PBA-CI.

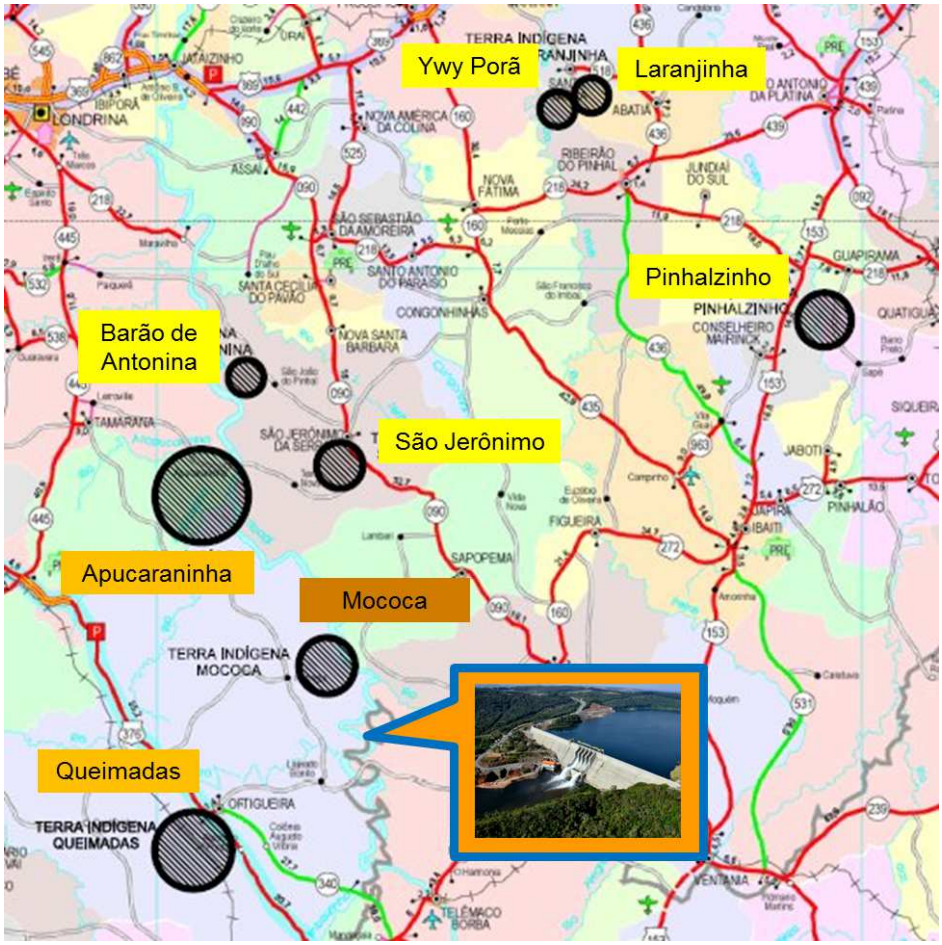


Figura 1 - Visão geográfica da UHE GCJ e das Comunidades do PBA-CI.

Pode-se observar que as terras indígenas mais próximas do empreendimento são a TI Mococa, a 8 km de distância em linha reta a jusante da barragem e a 2,2 Km da margem do rio Tibagi, e a TI Queimadas, a 32 Km a montante da barragem em linha reta. Apucaraninha encontra-se a 35 Km em linha reta e situa-se na bacia hidrográfica do Rio Apucaraninha, afluente do Rio Tibagi a 1,5 Km deste. São Jerônimo está a 70 Km em linha reta a jusante e afastada 12 Km do Rio em linha reta. Barão de Antonina está a 47 Km da barragem e 1,4 Km da margeia o Rio Tibagi. Pinhalzinho, Laranjinha e Ywy Porã encontram-se respectivamente a 85, 105, e 96 Km da barragem e não estão localizadas na Bacia Hidrográfica do Tibagi, mas na Bacia do Rio Cinzas.

4. Histórico

A execução efetiva do PBA-CI, após aprovado pelas instituições competentes, iniciou em julho de 2012. Para tanto foi montada uma equipe coordenada pelo Antropólogo Paulo Góes, que foi quem coordenou também a sua elaboração, composta por uma equipe técnica de agronomia, uma equipe técnica social e uma equipe administrativa. As equipes técnicas atuaram em duplas compostas por um engenheiro agrônomo e um profissional da área social distribuídas nas terras indígenas da seguinte forma:
Equipe 1: Mococa e Queimadas;
Equipe 2: Apucaraninha;
Equipe 3: São Jerônimo e Barão de Antonina;
Equipe 4: Laranjinha, Pinhalzinho e Posto Velho;

Ao final de cada ano de execução, um relatório anual contendo os relatos da execução daquele ano foi elaborado pela equipe técnica, consolidado pelo antropólogo coordenador e protocolado na FUNAI, MPF e IAP. O CECS recebeu retorno da FUNAI apenas em relação ao relatório do terceiro ano, quando foi solicitada por aquela instituição uma complementação com dados concisos sobre sua execução, ao que foi atendido.

Além da complementação, a FUNAI também questionou o motivo pelo qual não estavam ocorrendo reuniões do Comitê Gestor Geral do PBA-CI. Foi explicado pelo CECS que as duas primeiras reuniões foram realizadas para tratar de assuntos bem específicos: a primeira para apresentar o início das atividades do PBA-CI e a segunda para esclarecer questionamentos quando da aquisição dos veículos. Desde então, todas as discussões estavam ocorrendo no âmbito dos Comitês Gestores Locais. A FUNAI então propôs a execução de um seminário que foi realizado em dezembro de 2015.

Em dezembro de 2016 a FUNAI e a Sexta Câmara do Ministério Público Federal organizaram uma reunião com os indígenas em Londrina para a qual o CECS foi convidado para apresentar a situação do PBA-CI até aquele momento. Nesta reunião foi proposta a realização de duas reuniões do Comitê Gestor Geral: uma em janeiro de 2017, realizada nos dias 26 e 27 em Londrina, outra realizada de 15 a 18 de agosto de 2017.

Por motivos particulares, o Antropólogo Paulo Góes desligou-se do PBA-CI em fevereiro de 2016 quando assumiu a Coordenação Geral o Administrador Carlos Gimenez que passou a acumular a função com a coordenação da equipe administrativa. Desde então o CECS passou a procurar um Antropólogo substituto para a coordenação da equipe técnica social.

Em julho de 2016 o CECS contratou a equipe composta pela Socióloga Maria Aparecida Carvalho e pelo Antropólogo Paulo Serpa para consolidação do relatório anual do quarto ano. Em função do desempenho apresentado pelo Paulo Serpa, este foi contratado como coordenador da equipe social do PBA-CI.

Durante o ano de 2016, com objetivo de tratar de assuntos específicos de forma mais abrangente do que no âmbito dos respectivos Comitês Gestores Locais, entre eles, por exemplo, a apresentação do

do novo coordenador antropológico, foram realizadas algumas reuniões nas regiões de cada Ministério Público Federal:
03/10/2016 – Ponta Grossa: TIs Mococa e Queimadas;
11/10/2016 – Londrina: TIs São Jerônimo, Barão de Antonina e Apucaraninha;
28/11/2016 – Jacarezinho: TIs Pinhalzinho, Laranjinha e Ywy Porã;
A Sexta Câmara de Brasília solicitou, entretanto, que os assuntos relativos ao PBA-CI fossem centralizados no Ministério Público Federal de Londrina.

5. Situação do PBA-CI ao final do quinto ano do planejamento inicial

Para dar uma ideia panorâmica da situação atual da execução do PBA-CI, o CECS elaborou o gráfico apresentado na Figura 2. Nela são indicados os oito programas previstos no PBA-CI, cada um vinculado aos seus respectivos subprogramas. O progresso alcançado em cada elemento é caracterizado pelas cores verde, laranja, vermelho e cinza, conforme legenda. Os elementos em cinza não caracterizam progresso, apenas auxiliam na montagem do diagrama.

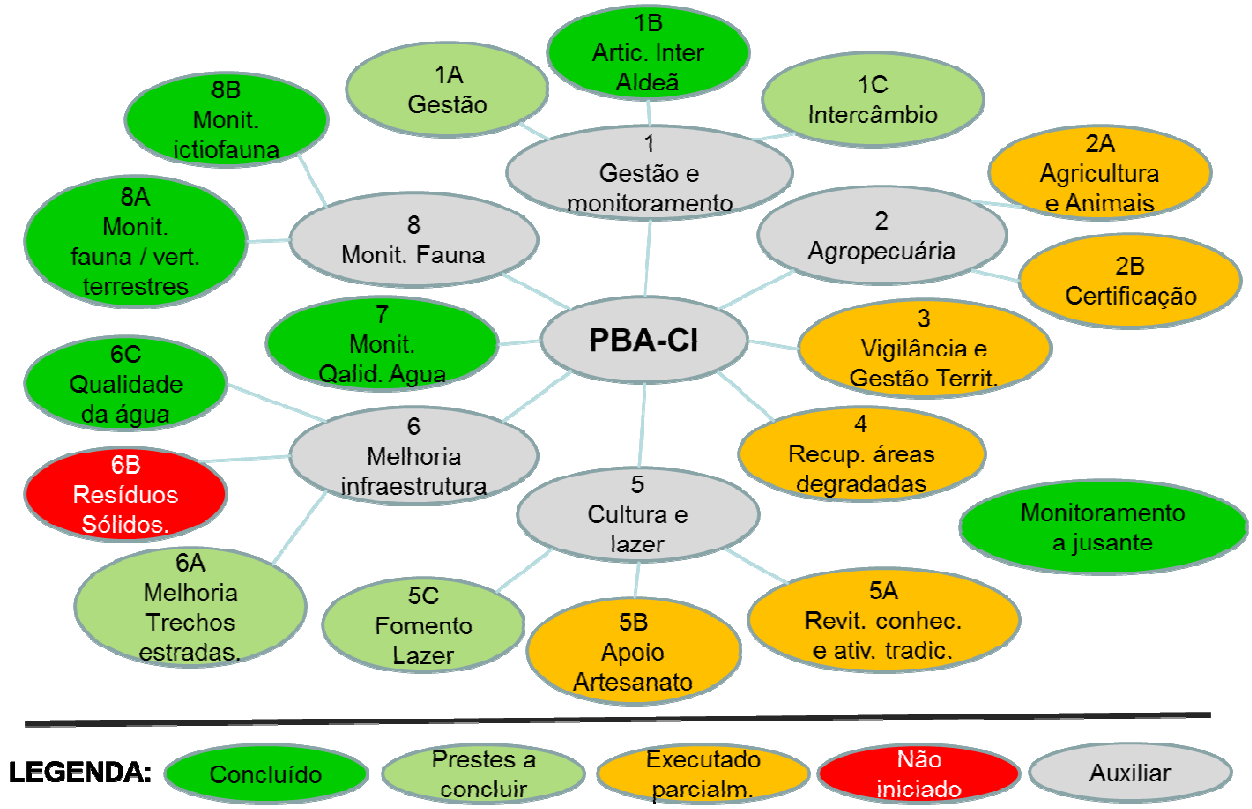


Figura 2 – Situação panorâmica do PBA-CI em junho/2017

Sobre a legenda, cabe uma explicação: as cores representam esforço e recursos necessários para finalização de cada programa / subprograma em relação a todo o PBA-CI, não necessariamente em relação ao que estava previsto em cada um.

Da Figura 2 observa-se que o programa 7 e 8 e os subprograma 1B encontram-se concluídos. Os subprogramas 1A, 1C, 5C e 6A encontram-se prestes a serem concluídos, faltando apenas algumas ações pontuais, de rápida execução e baixa demanda de recursos. Os programas 2, 3 e 4 e os subprogramas 5A e 5B foram executados parcialmente. O subprograma 6B nem começou e precisa de atenção especial.

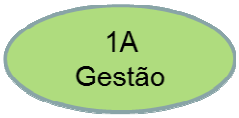
A situação da execução do PBA-CI apresentada por este documento dá atenção especial ao que está em vermelho e laranja, mas também propõe a finalização do que está para ser concluído.

Além disso, vale destacar que, há uma ação de “monitoramento a jusante” que o CECS implantou por solicitação dos indígenas que informaram sobre variações diárias do nível do Rio Tibagi. Este monitoramento tem por objetivo compreender qual é esta variação em função da operação das unidades geradoras da usina.

Os dados quantitativos deste trabalho se basearam numa análise criteriosa do que já foi executado e do que ainda está pendente. Estes dados são de domínio do CECS e poderão ser disponibilizados, juntamente com as evidências de cumprimento em cada caso, sempre que solicitados.

Na sequência é apresentada uma expansão do diagrama anterior para que se possa observar a situação um pouco mais detalhada da execução das ações por programa e subprograma.

Subprograma 1A:
(Quase concluído)



Objetivo: Oportunizar a participação indígena em todas as etapas de implementação das ações vinculadas ao processo de gestão e execução dos Programas

Tabela 1 - Programa 1A: situação e pendências

Ação realizada	Situaçao
Composição da equipe técnica	Concluído
Contratação da equipe indígena	Concluído - Contínuo de out/2012 a jul/2017
Obra: Sede do PBA-CI com móveis e equipamentos	Concluídas em todas as TIs com exceção de Apucaraninha
Realização de reuniões em todos os níveis	Contínua durante 5 anos - fórum principal: Comitê Gestor Local
Cursos e Oficinas	Concluído - Previsto: 0 Realizado: 172 horas, 34 participantes
Aquisição de veículos para transporte de lideranças	Concluído
Revisões e manutenção dos veículos	Concluído - contínuo de fev/13 a jun/17
Cota de combustível	Concluído - contínuo de fev/13 a jun/17
Relatórios anuais	Em andamento - Protocolados nos órgãos competentes
Implantação de Internet nas TIs	Concluído em Queimadas, Pinhalzinho, São Jerônimo e Mococa
Ação pendente ou não realizada	**Situaçao / justificativa**
Implantação de Internet nas TIs	Limitações tecnológicas Apucaraninha: contratada, falta finalizar Laranjinha, Ywy Porã e Barão: aguarda autorização
Finalização da Sede Apucaraninha	Inexecução parcial do contrato pelo empreiteiro

Tabela 2 - Programa 1A: detalhamento de cursos / oficinas / eventos

Cursos / Oficinas / Eventos		Mococa	Queimadas	Apucaraninha	S. Jerônimo	Barão	Ywy Porã	Laranjinha	Pinhalzinho	TOTAL
		Qtde. Horas	Qtde. Horas	Qtde. Horas	Qtde. Horas	Qtde. Horas	Qtde. Horas	Qtde. Horas	Qtde. Horas	Qtde. Horas
Curso de informática	Realizado		100,00%	100,00%			100,00%	100,00%		100,00%
TOTAL	Realizado		100,00%	100,00%			100,00%	100,00%		100,00%

Subprograma 1B:
(Concluído)

Objetivo: Criar um fórum de discussão interaldeã para formulação de avaliação das ações implementadas nas oito TIs no âmbito do PBA-CI.

Tabela 3 - Programa 1B: situação e pendências

Ação realizada	Situaçao
Realização de reuniões do Comitê Interaldeão	O CECS prestou apoio e viabilizou a realização das reuniões inter-aldeãs quando demandadas. O Comitê Gestor Local mostrou-se fórum eficaz e suficiente para a gestão das ações dos programas do PBA-CI
Ação pendente ou não realizada	**Situaçao / justificativa**

Subprograma 1C:
(Quase concluído)

Objetivo: Viabilizar a troca de experiência entre as comunidades indígenas vinculadas ao PBA-CI e comunidades indígenas com experiência de captação e gestão de recursos, gestão territorial, elaboração de materiais didáticos, comercialização de artesanato, cooperativismo, etc.

Tabela 4 - Programa 1C: situação e pendências

Ação realizada	Situaçao
Realizar Intercâmbio	Realizado parcialmente por substituição pelo Acampamento Terra Livre em Basília Realizado 40%
Ação pendente ou não realizada	**Situaçao / justificativa**
Complementar a realização do intercâmbio	Ausência de demanda para realização de um grande intercâmbio único. Há interesse na realização de intercâmbios menores

Do recurso disponível para realização do intercâmbio conforme previsto, foi utilizado 40% para realização do evento Terra Livre em Brasília em abril de 2017.

Subprograma 2A:
(Executado parcialmente)

Objetivo: Ações de melhoria na segurança alimentar, saúde e nutrição - método orgânico de produção, propagação de plantas, geração de material genético de perpetuação de espécies, adquirir terras agricultáveis.

Tabela 5 - Programa 2A: situação e pendências

Ação realizada	Situaçao
Contratação de equipe indígena	Concluído - Contínuo de out/2012 a jul/2017
Cursos, oficinas e eventos	Em andamento - Previsto: 4.144 horas; Realizado: 1926 horas (46%)
Ações de agricultura	Em andamento - Safra: 64%; Outros cultivos: 37%; Perenes: 74%; Pupunha: 0,46%; Madeira: 60%
Ações animais	Em andamento - Gado: 61%; aves, suínos e caprinos: 0%; Psicultura: 8%; Apicultura: 22%
Adquirir caminhões, tratores e implementos	Concluído
Adquirir equipam. e ferramentas p/ oficinas	Concluído
Manutenção dos tratores	Em andamento - desde abr/13 - uso exclusivo às atividades do PBA-CI
Obras: barracões e garagens	Concluídas
Ação pendente ou não realizada	**Situaçao / justificativa**
Finalização das ações agrícolas	Limite das TIs para realização das ações
Finalização das ações animais	Outras ações priorizadas no CGL
Adquirir áreas agricultáveis	Dificuldade de aquisição das áreas definidas pelas TIs / FUNAI
Pá carregadeira para Queimadas	Solicitada substituição por VAN, fundo festivid. 3 anos e 200 caixas abelhas - alinham. Objetivos
Finalização 2234 horas de curso / eventos	Cursos vinculados a ações não iniciadas

Tabela 6 - Programa 2A: detalhamento da produção por TI

ITEM \ TI		Mococa	Queimadas	Apucaraninha	São Jerônimo	Barao de Antonina	Ywy Pora	Laranjinha	Pinhalzinho	TOTAL
SAFRA	Previsto	230,00	123,97	248,00	88,50	147,50	15,00	64,47	52,17	**969,61**
(alqueire)	Realizado	**12,67%**	**79,55%**	**71,65%**	**94,35%**	**89,83%**	**30,00%**	**70,13%**	**96,57%**	**64,10%**
OUTROS CULTIVOS	Previsto	6,75	0,00	21,50	21,79	43,70	2,45	7,60	2,78	**106,57**
(alqueire)	Realizado	**33,78%**		**6,51%**	**15,30%**	**62,89%**	**2,86%**	**65,76%**	**2,97%**	**37,20%**
CULTURAS PERENES	**Previsto**	5.888	4.824	16.300	120.399	3.040	1.571	2.360	0	**154.382,38**
(mudas)	**Realizado**	**0,00%**	**0,00%**	**15,03%**	**92,97%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**		**74,09%**
PALMITO PUPUNHA	**Previsto**	0	2400	88400	0	0	6050	520	0	**97370**
(mudas)	**Realizado**		**0,00%**	**0,51%**			**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,46%**
MADEIRA	**Previsto**	1	10	0	2	1	1	0	4	**19,00**
(alqueire)	**Realizado**	**100,00%**	**70,27%**		**0,00%**	**100,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**60,00%**	**60,14%**
GADO	**Previsto**	14	11	16	0	26	0	38	18	**123**
(qtde. animais)	**Realizado**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**100,00%**	**0,00%**	**71,05%**	**100,00%**	**57,72%**
SUINOS	**Previsto**	0	0	0	0	0	22	42	31	**95,00**
(qtde. animais)	**Realizado**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
AVES	**Previsto**	0	0	0	0	0	600	7.220	803	**8.623**
(qtde. animais)	**Realizado**						**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
CAPRINOS	**Previsto**	0	0	0	0	0	0	0	16	**16,00**
(qtde. animais)	**Realizado**								**0,00%**	**0,00%**
PISCICULTUTRA	**Previsto**	24.000	24.000	12.000	36.000	24.000	5.000	12.000	7.200	**144.200,00**
(qtde. alevinos)	**Realizado**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**100,00%**	**0,00%**	**8,32%**
APICULTURA	**Previsto**	200		200				60		**460,00**
(qtde. colméias)	**Realizado**	**50,00%**		**0,00%**				**0,00%**		**21,74%**

Tabela 7 - Programa 2A: detalhamento de cursos / oficinas / eventos – PARTE 1

Cursos / Oficinas / Eventos		Mococa	Queimadas	Apucaraninha	S. Jerônimo	Barão	Ywy Porã	Laranjinha	Pinhalzinho	TOTAL
		Qtde. Horas	Qtde. Horas	Qtde. Horas	Qtde. Horas	Qtde. Horas	Qtde. Horas	Qtde. Horas	Qtde. Horas	Qtde. Horas
Feira de Sementes interna ao PBA-CI	Realizado	100,00%	100,00%							100,00%
	Pendente	-24	-24							-48
Evento agropecuário externo	Realizado	100,00%	100,00%	100,00%						100,00%
	Pendente	-16	-40	-32						-88
Oficina de meliponicultura	Realizado	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	25,00%	25,00%	31,25%
	Pendente	32	32	32	0	0	32	24	24	176
Capacitação operação implementos agricolas	Realizado	100,00%	100,00%	100,00%						100,00%
	Pendente	-40	-40	-82						-162
Curso básico sobre Agricultura Orgânica	Realizado	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25,00%
	Pendente	24	24	24	0	0	24	24	24	144
Curso Olericultura Básica	Realizado					100,00%				100,00%
	Pendente					0				0
Curso de plantio de café (1º curso)	Realizado	0,00%	0,00%	0,00%	150,00%	150,00%	0,00%	0,00%	0,00%	37,50%
	Pendente	16	16	16	-8	-8	16	16	16	80
Curso de plantio de café (2º curso)	Realizado				100,00%	100,00%				100,00%
	Pendente				-24	-24				-48
Curso de plantio de café (3º curso)	Realizado				100,00%					100,00%
	Pendente				-24					-24
Curso de Olericultura - folhas, flores e talos	Realizado				100,00%	100,00%				100,00%
	Pendente				0	0				0
Curso de Olericultura - raízes, bulbos e tubérculos	Realizado					100,00%				100,00%
	Pendente					0				0
Curso de Olericultura - frutos e sementes	Realizado				100,00%	100,00%				100,00%
	Pendente				0	0				0
Curso Operação e Manutenção de Tatores	Realizado	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25,00%
	Pendente	40	40	40	0	0	40	40	40	240
Curso tratorista -Semeadeira e Plantadeira	Realizado				100,00%	100,00%				100,00%
	Pendente				-8	-8				-16
Trabalhador na operação de motosserra (1º curso)	Realizado					100,00%				100,00%
	Pendente					-40				-40
Trabalhador na operação de motosserra (2º curso)	Realizado					100,00%				100,00%
	Pendente					-40				-40
Curso de solda agrícola	Realizado					100,00%				100,00%
	Pendente					-24				-24
Curso de motores diesel	Realizado					100,00%				100,00%
	Pendente					-40				-40
Curso de bovinocultura de corte em pequena escala	Realizado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	12,50%
	Pendente	40	40	40	40	0	40	40	40	280
Curso de equideocultura - doma racional	Realizado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	12,50%
	Pendente	40	40	40	40	0	40	40	40	280
Curso culinária básica	Realizado				100,00%					100,00%
	Pendente				-16					-16
Curso transformação de alimentos - derivados de mandioca	Realizado	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	12,50%
	Pendente	16	16	16	0	16	16	16	16	112
Curso transformação de alimentos - derivados de milho	Realizado				100,00%					100,00%
	Pendente				-16					-16
Curso transformação de alimentos - compotas e frutas desidratadas	Realizado	0,00%	0,00%	0,00%	66,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,33%
	Pendente	24	24	24	8	24	24	24	24	176
Curso transformação de alimentos - panificação	Realizado	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	12,50%
	Pendente	16	16	16	0	16	16	16	16	112
Curso transformação de alimentos - doces pastosos e de corte	Realizado				100,00%					100,00%
	Pendente				-16					-16

Tabela 8 - Programa 2A: detalhamento de cursos / oficinas / eventos – PARTE 2

Cursos / Oficinas / Eventos		Mococa	Queimadas	Apucaraninha	S. Jerônimo	Barão	Ywy Porã	Laranjinha	Pinhalzinho	TOTAL
		Qtde. Horas	Qtde. Horas	Qtde. Horas	Qtde. Horas	Qtde. Horas	Qtde. Horas	Qtde. Horas	Qtde. Horas	Qtde. Horas
Curso - Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas	Realizado						100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Pendente						-40	-40	-40	-120
Curso - Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas	Realizado						100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Pendente						-40	-40	-40	-120
Curso - Mecânico de Tratores e Maquinas Pesadas	Realizado						100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Pendente						-40	-40	-40	-120
Curso - Soldador	Realizado						100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Pendente						-32	-32	-32	-96
Feira de Sementes Tradicionas e Agrobiodiversidade (Bela Vista do Toldo	Realizado						100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Pendente						-16	-16	-16	-48
Feira de Sementes Tradicionas (Palmeira - PR)	Realizado						100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Pendente						-16	-16	-16	-48
Intercâmbio em propriedade agrícola (Sistema Orgânico)	Realizado						100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Pendente						-16	-16	-16	-48
Curso - Trabalhador na Agricultura Orgânica	Realizado								100,00%	100,00%
	Pendente								0	0
Curso - Trabalhador na Pisicultura	Realizado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	25,00%
	Pendente	16	16	16	16	16	0	0	16	96
Intercâmbio em propriedade agrícola de Erva mate (Sistema Orgânico) e FLONA	Realizado						100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Pendente						-4	-4	-4	-12
Curso de ervas medicinais	Realizado						100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Pendente						-24	-24	-48	-96
I Feira de sementes T. T. Pinhalzinho 2013	Realizado								100,00%	100,00%
	Pendente								-16	-16
II Feira de sementes T. T. Pinhalzinho 2014	Realizado								100,00%	100,00%
	Pendente								-16	-16
III Feira de sementes T. T. Pinhalzinho 09 e	Realizado								100,00%	100,00%
	Pendente								-16	-16
IV Feira de sementes T. T. Pinhalzinho 12 e	Realizado								100,00%	100,00%
	Pendente								-16	-16
Curso de milho orgânico	Realizado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Pendente	8	8	8	8	8	8	8	8	64
Curso de Frtuticultura Orgânica Fruticultura de clima tropical	Realizado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Pendente	16	16	16	16	16	16	16	16	128
Curso de produção de mandioca	Realizado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Pendente	16	16	16	16	16	16	16	16	128
Curso de cultivo de plantas medicinais	Realizado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Pendente	24	24	24	24	24	24	24	24	192
Curso de operador e manutenção de ordenhadeira mecânica	Realizado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Pendente	12	12	12	12	12	12	12	12	96
Curso de Apicultura	Realizado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Pendente	32	32	32	32	32	32	32	32	256
Curso de bovinocultura de leite em pequena escala	Realizado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Pendente	40	40	40	40	40	40	40	40	320
Curso de trabalhador na ovinocultura	Realizado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Pendente	16	16	16	16	16	16	16	16	128
Curso de trabalhador na caprinocultura	Realizado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Pendente	16	16	16	16	16	16	16	16	128
Transformação caseira de morango . Módulo básico de morango	Realizado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Pendente	16	16	16	16	16	16	16	16	128
Curso de criação de frango caipira	Realizado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Pendente	16	16	16	16	16	16	16	16	128
TOTAL	Realizado	16,00%	20,80%	22,80%	58,39%	78,91%	48,80%	50,40%	66,41%	46,30%
	Pendente	420	396	386	228	124	256	248	176	2234

Para este programa cabe um questionamento inicial: se as ações previstas estão fundamentadas em um referencial quantitativo, por que as quantidades previstas não foram realizadas nos primeiros cinco anos do planejamento inicial?

O CECS vem implantando as ações respeitando o direcionamento dos Comitês Gestores Locais e as condições encontradas em cada TI. No caso do plantio de safra, por exemplo, nos primeiros anos foi tentada a realização de todo o quantitativo previsto. Entretanto, observaram-se dificuldades de construção da noção de pertencimento da metodologia de plantio pelos indígenas bem como limitação do trabalho indígena para manutenção de uma área de plantio expressiva sem utilização de agrotóxicos, como era a diretriz do programa. Sabe-se que a não utilização de agrotóxicos exige maior trabalho braçal para o controle do mato. Ao longo dos anos, cada TI foi ajustando o volume de plantio à sua condição própria para os devidos cuidados. Tal ajuste levou ao acúmulo, em cada ano, da diferença entre o que estava previsto e o que foi efetivamente possível executar, em respeito ao ritmo de cada comunidade.

É importante considerar que apesar da agricultura orgânica de substituição de insumos permitir a produção de alimentos orgânicos em escala, este sistema apresenta uma lógica diferente das lógicas tradicionais Kaingang, Guarani e Xeta. Por exemplo, é comum as comunidades orientarem o plantio pelo ciclo da lua para a formação de suas roças de consumo familiar. A Além disso, a valorização dos quintais e produção diversificada de alimentos baseados nos conhecimentos tradicionais, contrapõe a agricultura extensiva podendo levar à construção de um outro caminho, com maior autonomia, apoiado pelas ações de um PBA-CI como este em suas comunidades envolvidas.

Em relação a atividades animais, as frentes eram definidas em reuniões de Comitê Gestor Local. Mas há casos para os quais não foi possível estabelecer uma definição. É a situação, por exemplo, da piscicultura. Destacamos, neste caso, a exceção de Laranjinha onde a atividade já se desenvolvia regularmente antes do início do PBA-CI requerendo aporte de recursos apenas para melhoria e otimização da produção. Lá há um indígena responsável por fazer o acompanhamento criterioso da produção de peixes. Entretanto, vale ressaltar que os resultados poderiam ser ainda melhores caso tivesse sido previsto aprimoramento dos tanques e formação de novos piscicultores.

Como se trata de atividade delicada e complexa, que exige metodologia de acompanhamento e manutenção cuidadosa além de requerer fonte de água e tratamento de efluentes, a piscicultura não encontra tradição nas demais comunidades. O risco de insucesso, portanto, é grande. Algumas TIs preferiram, por este motivo, priorizar aquelas ações que encontravam respaldo cultural e tradição em cada comunidade, portanto, com maior probabilidade de sucesso. É o caso, pois, da criação de gado em algumas TIs, de meliponicultura em outras.

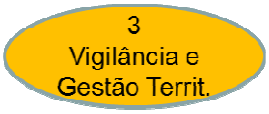
Subprograma 2B:
(Executado parcialmente)

Objetivo: Incentivar o desenvolvimento de uma logomarca indígena, realizar estudos de mercado e incentivar o desenvolvimento de certificação da produção orgânica.

Tabela 9 - Programa 2B: situação e pendências

Ação realizada	Situaçao
Produção orgânica	Concluído - Toda produção agropecuária do PBA-CI é orgânica
Certificação orgânica	Não iniciada - Inviável tendo em vista as limitações da produção nas TIs - previsto substituição
Logomarca	Em andamento - Elaborada logomarca e selo indígena para Mococa e Queimadas para utilização no artesanato e na produção agrícola
Ação pendente ou não realizada	**Situaçao / justificativa**
Logomarca e selo indígena para as demais TIs além de Mococa e Queimadas	Experiência realizada em Mococa e Queimadas a ser utilizada como protótipo

Programa 3:
(Executado parcialmente)



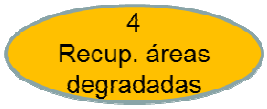
Objetivo: Promover conjunto de ações necessárias à vigilância e gestão das TIs e fomentar a elaboração e execução de planos de vigilância e gestão territorial.

Tabela 10 - Programa 3: situação e pendências

Ação realizada	Situaçao
Contratação da equipe indígena	Concluída - Contínuo de out/2012 a julho/2017
Aquisição de veículos - motos para vigilância	Concluído
Revisões e manutenções para as motos	Concluído - Contínuo de fev/2013 a julho/2017
Cota de combustivel para as motos	Concluído - Cota de combustível mensal contínua até julho/2017
Realização de cursos e oficinas	Em andamento - Previsto: 360 horas; Realizado: 190 horas (52%)
Ação pendente ou não realizada	**Situaçao / justificativa**
Plano de gestão territorial	Outras ações priorizadas pelos Comitês Gestores Locais
Finalização 170 horas de cursos e oficinas	Cursos e oficinas vinculados ao plano de gestão territorial
Rádios de comunicação	Não foram adquiridos

.

Programa 4:
(Executado parcialmente)



Objetivo: Recuperar áreas degradadas e matas ciliares nas terras indígenas impactadas pelo empreendimento.

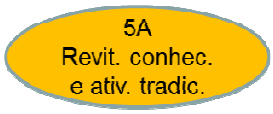
Tabela 11 - Programa 4: situação e pendências

Ação realizada	Situaçao
Contratação da equipe indígena	Concluído - Contínuo até jul/2017
Recuperação da áreas	Em andamento - Previsto: 59,9 alqueires Realizado: 1,48 alqueires (Palmito Apucaraninha)
Contratar 30% de indígenas de Queimadas e Mococa do total de trabalhadores de recuperação florestal da APP e do horto	Concluído - Para Queimadas, inviável - Difícil logística (50 Km) e experiência negativa com a contratação de indígenas de Mococa (RESPALDO NO PBA-CI)
Cursos e oficinas	Em andamento - Previsto: 64 horas; Realizado: 44 horas (68%)
Ação pendente ou não realizada	**Situaçao / justificativa**
Recuperação de áreas	Percepção de valor da floresta quando associanda à segurança alimentar (agrofloresta) com resultados: alimentação, turismo ecológico, geração de renda - proposta de reestruturação com agrofloresta
Finaliz. de 20 horas de cursos e oficinas	Mesmo da recuperação de áreas

Tabela 12 - Programa 4: detalhamento do realizado

ITEM \ TI		Mococa	Queimadas	Apucaraninha	São Jerônimo	Barao de Antonina	Ywy Pora	Laranjinha	Pinhalzinho	TOTAL
Bambu (alqueire)	Previsto		5,00	1,00	0,04		0,21			**6,25**
										0,00
	Realizado		**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**		**0,00%**			**0,00%**
	Pendente									**0,00**
Árvores nativas (alqueire)	Previsto		10,00	10,00			2,50	4,15	22,00	**48,65**
				1,48						**1,48**
	Realizado			**14,80%**			**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**3,04%**
	Pendente									**0,00**
Plantas para artesanato (alqueire)	**Previsto**					5				**5,00**
										0,00
	Realizado					**0,00%**				**0,00%**
	Pendente									**0,00**
TOTAL	**Previsto**		15	11	0	5	3	4	22	**59,90**
										0,00
	Realizado					**0,00%**				**0,00%**
	Pendente									**0,00**

Subprograma 5A:
(Executado parcialmente)



Objetivo: Fortalecer e dar visibilidade a práticas culturais e incentivar a circulação de conhecimentos indígenas tradicionais.

Tabela 13 - Programa 5A: situação e pendências

Ação realizada	Situaçao
Contratação da equipe indígena	Concluído - contínuo de out/2012 a jul/2017
Produzir filme curta metragem	Concluído em Apucaraninha e Pinhalzinho
Produzir material paradidático	Não iniciado
Aquisição de equipamentos para filmagem e edição para as 8 TIs	Realizado parcialmente - faltando câmera fotográfica, HD e gravador de áudio
Filmagens executadas em 6 TIs	Concluído
Cursos e oficinas	Em andamento - Previsto: 672 horas; Realizado: 612 horas (91%)
Ação pendente ou não realizada	**Situaçao / justificativa**
Filmagens em São Jerônimo e Barão	Outras ações priorizadas pelo CGL
Produzir filme curta metragem nas demais 6 TIs	Aguardava finalização dos protótipos em Apucaraninha e Pinhalzinho
Produzir material paradidático	Outras ações priorizadas pelo CGL
Finaliz. 60 horas de cursos / oficinas	Realizadas conforme priorização dos Comitês Gestores Locais
Adquirir equipamentos que faltam	Falta de projeto

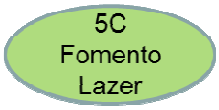
Subprograma 5B:
(Executado parcialmente)

Objetivo: Incentivar e apoiar as atividades de produção e de comercialização de artesanato indígena.

Tabela 14 - Programa 5B: situação e pendências

Ação realizada	Situaçao
Aquisição de ônibus para as Terras Indígenas Queimadas, Apucaraninha e Barão de Antonina	Concluído
Impostos e revisões para os ônibus	Concluído - de jul/13 a jun/17
Oficinas de artesanato	Em andamento - Previsto: 400 horas; Realizado: 259 horas; 103 pessoas (64%)
Ação pendente ou não realizada	**Situaçao / justificativa**
Realizar 141 horas de oficinas de artesanato	Realizadas conforme priorização dos Comitês Gestores Locais
Elaborar material impresso de divulgação de artesanato	Atendido conforme solicitação dos Comitês Gestores Locais
Desenvolver site para divulgação de artesanato e comunicação entre TIs	Atendido conforme solicitação dos Comitês Gestores Locais - ação já iniciada pelo CECS
Obras: Centro Cultural (Casa de Passagem)	Há interesse dos indígenas de substituição por projetos de produção familiar

Subprograma 5C:
(Quase concluído)

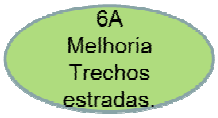


Objetivo: Viabilizar estruturas físicas necessárias para promoção da interação recreativa e esportiva de famílias indígenas e fundo para realização de festividades.

Tabela 15 - Programa 5C: situação e pendências

Ação realizada	Situaçao
Obras: campos de futebol, vestiários e salões de eventos	Concluído, exceto finalização de campos de futebol em Apucaraninha
Obra: poço artesiano em Laranjinha para abastecimento área lazer	Concluído
Aquisição de VAN para transporte Universitário	Concluído
Fundo anual de festividades	Concluído - contínuo por 5 anos, mais evento de 2017 realizado como evento cultural
Apoio à escola de futebol de Laranjinha - verba para uniforme e materiais	Concluído - Contínua durante 5 anos - ação de grande resultado social
Ação pendente ou não realizada	**Situaçao / justificativa**
Finalização das obras - campos de futebol Apucaraninha	Execução parcial pelo empreiteiro contratado - notificado e penalidades sendo aplicadas
Obra: Centro Cultural de Barão	Indefinição sobre o significado de "arquitetura indígena". Recentemente foi identificado um projeto deste tipo que está sendo avaliado.

Subprograma 6A:
(Quase concluído)



Objetivo: Promover melhoria de trechos de estradas internas às terras indígenas Mococa, Apucaraninha e Barão.

Tabela 16 - Programa 6A: situação e pendências

Ação realizada	Situaçao
Estrada de Apucaraninha	Em andamento - Executado 75%
Estrada de Barão de Antonina	Concluído
Ação pendente ou não realizada	**Situaçao / justificativa**
Finalização trecho estrada Apucaraninha	Execução parcial pelo empreiteiro contratado - notificado e sendo penalizado
Estrada de Mococa	Definida execução a menos de 60 dias - contratação em andamento

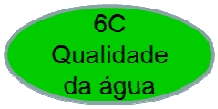
Subprograma 6B:
(Não iniciado)

Objetivo: Promover conscientização sobre origens, destinação e impactos dos resíduos sólidos nas TIs, assim como diretrizes gerenciais relativa a esses resíduos.

Tabela 17 - Programa 6B: situação e pendências

Ação realizada	Situaçao
Ação pendente ou não realizada	**Situaçao / justificativa**
Elaboração de plano de gestão de resíduos	Outras atividades priorizadas pelos Comitês Gestores Locais
Elaboração de diagnóstico	Outras atividades priorizadas pelos Comitês Gestores Locais
Construção de estrutura de triagem e reciclagem de resíduos sólidos	Outras atividades priorizadas pelos Comitês Gestores Locais - risco de atrair resíduos para as TIs
Estudo de viabilidade de comercialização de resíduos sólidos recicláveis	Outras atividades priorizadas pelos Comitês Gestores Locais
Adquirir equipamentos para reciclagem	Outras atividades priorizadas pelos Comitês Gestores Locais

Subprograma 6C: (Finalizado)



Objetivo: Instalar poço semi-artesiano e demais instalações necessárias para melhoria da qualidade da água e acesso à água potável em proporção condizente com as necessidades de consumo e produção agrícola.

Tabela 18 - Programa 6C: situação e pendências

Ação realizada	Situaçao
Poço semi-artesiano e distribuião de água em Posto Velho	Concluído
Ação pendente ou não realizada	**Situaçao / justificativa**

Programa 7: (Finalizado)

Objetivo: Monitorar a qualidade da água superficial do rio Tibagi.

Tabela 19 - Programa 7: situação e pendências

Ação realizada	Situaçao
Efetuar monitoramento da qualidade da água no rio Tibagi	Concluído
Ação pendente ou não realizada	**Situaçao / justificativa**
Apresentação dos resultados	A realizar segundo semestre 2017

O monitoramento da qualidade da água foi realizado pela empresa Empresa Contratada LACTEC.

A área de Estudos compreende o reservatório da UHE GJC e, à Jusante deste, as TI de Mococa, Apucaraninha e Barão de Antonina.

Os objetivos do trabalho foram análises de sedimentos, Fitoplâncton, Zooplâncton, Macroinvertebrados Bentônicos, Macroinvertebrados Invasores, Macrófitas aquáticas com periodicidade trimestral, iniciando anteriormente a formação do reservatório e continua sendo executado.

Subprograma 8A:
(Finalizado)

Objetivo:

Tabela 20 - Programa 8A: situação e pendências

Ação realizada	Situaçao
Estudar a fauna de vertebrados terrestres	Concluído
Ação pendente ou não realizada	**Situaçao / justificativa**

O monitoramento da fauna e vertebrados terrestres foi realizado pela empresa Empresa Contratada: Acquaplan - Tecnologia e Consultoria Ambiental contratada pelo CECS para esta finalidade específica.

Os trabalhos ocorreram na porção Centro-Nordeste do PR, restringindo-se ao terço médio da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi, abrangendo a TI de MOCOCA.

Os objetivos do trabalho foram estudar a fauna de vetebrados terrestres na TI Mococa para avaliar se houve incremento ou decréscimo nas populações de alguns grupos, principalmente mamíferos, aves e repteis. Foi realizado por campanhas trimestrais, sendo a Campanha 1 em Março/2014 e finalizando com a Campanha 15 em Setembro 2017;

As campanhas tem se mostrados em níveis equilibrados com leve ascendência nas categoria monitoradas (mamíferos, aves e répteis).

Subprograma 8B:
(Finalizado)

Objetivo:

Tabela 21 - Programa 8B: situação e pendências

Ação realizada	Situaçao
Elaborar estudo para conhecimento quantitativo e qualitativo das espécies de peixes	Concluído
Ação pendente ou não realizada	**Situaçao / justificativa**

O monitoramento da ictiofauna abrangeu a área de estudos P1 TI MOCOCA (Montante), P2 TI MOCOCA (Jusante), P3 TI RIBEIRÃO ROSÁRIO TI APUCARANINHA e foi realizado pela empresa Aversa e Auriemma Ambiental Ltda - RN AMBIENTAL. A metodologia adotada para o monitoramento consistiu de XXXXX. As conclusões do relatório final mostram que XXX

Os objetivos do trabalho foram estudas todas as espécies (herbívoros, carnívoros e Onívoros) verificando sua abundância e comportamento durante o período de campanhas a partir de 2013 com campanhas trimestrais.

Um panorama geral das análises estatísticas revelam diferenças dos habitats entre os pontos monitorados, mas demostram equilíbrio ao longo do tempo em cada um dos pontos analisados.

Destaca-se que, em geral, as pendências ainda verificadas em junho de 2017, final do quinto ano, decorrem de fatores diversos, algumas decorrentes de ajustes necessários à realidade de cada comunidade indígena, algumas outras da não efetivação de priorização pelos respectivos Comitês Gestores Locais.

A despeito das dificuldades encontradas, são perceptíveis atividades que construíram um sentido de pertencimento pela comunidade indígena. Entre as experiências que se apresentam como boas referências estão à piscicultura em Laranjinha, o trabalho com quintais familiares e sistemas agroflorestais envolvendo as escolas indígenas em Pinhalzinho e Apucaraninha, o trabalho de produção e conservação de sementes de variedades tradicionais em Queimadas, Apucaraninha e Pinhalzinho. Este processo, de escala local, alcança sua expressão regional e estadual na Feira de Sementes Crioulas Indígena Ymau e Mudas Nativas bem como na entrada, neste último ano, da Terra Indígena Pinhalzinho como membro da Rede Estadual de Sementes Agroecologia (Rede de Articulação de Produtores de Sementes Tradicionais no Paraná).

Em seu início, o PBA-CI encontrou um "terreno fértil" para estas atividades, com grande sentimento de pertencimento pelos indígenas, sendo que poucos recursos investidos em formação e infraestrutura geraram resultados muito positivos. Destaca-se também o caso da escola de futebol em Laranjinha, onde a infraestrutura de lazer construída pelo CECS intensificou uma iniciativa existente, gerou resultados positivos para as crianças atendidas pela escola, integração entre as comunidades e resultados de longo prazo. Desta forma, em cada comunidade foram identificadas determinadas aptidões que intensificam resultados com probabilidade de permanecerem em longo prazo e de serem constantemente aprimorados pelos próprios indígenas.

Infelizmente, em decorrência das condições restritivas existentes à época do planejamento, não houve no início do PBA-CI um estudo etnográfico criterioso e profundo que identificasse antecipadamente tais aptidões. O PBA-CI, a despeito de ter sido elaborado de forma participativa e construtiva, careceu deste estudo prévio o que acabou, por consequência, se estruturando em ações derivadas dos desejos dos indígenas decorrentes de visões contaminadas pela ilusão de um sucesso observável nas terras dos fazendeiros vizinhos às TIs e também da orientação e do estímulo à produção em grande escala que historicamente estas comunidades vinham recebendo ao longo do tempo, antes mesmo do início do PBA-CI e da presença da UHE GJC.

A ânsia de reproduzir um modelo aparentemente fácil de implantar resultou em alguns investimentos que não encontraram respaldo na cultura, portanto, não se desdobraram no sentido de pertencimento[1]. Salienta-se, entretanto, que a proposta do PBA-CI foi aprovada tanto pela FUNAI como pelo Ministério Público Federal, sendo que o CECS passou a emprenhar esforços para implantação das ações conforme previstas e aprovadas.

[1] Citamos, por exemplo, o plantio de safra de cereais. Em várias terras indígenas, a área anual de plantio prevista no PBA foi reduzida no segundo ou terceiro anos em função da agricultura orgânica por substituição de insumos possuir uma lógica não aderente as culturas locais . O plantio de amplas áreas exigia grande volume de trabalho como, por exemplo, a capina necessária decorrente da não utilização de agroquímicos. A realidade mostrou-se mais dura do que se previa inicialmente. O respeito do CECS e sua respectiva equipe técnica ao ritmo de cada comunidade acabou expandindo o prazo necessário para execução de tais ações. Há ainda aquelas situações que não foram priorizadas pelas comunidades como é o caso da destinação dos resíduos sólidos e recuperação de áreas degradadas.

As ações do programa de apoio às atividades agrícolas e animais encontraram um grande desafio exatamente neste ponto, o da construção de um sentimento de pertencimento em relação aos sistemas produtivos e na desconstrução de práticas históricas de tutela e assistencialismo. A recorrente afirmação pelos indígenas de que determinada área agrícola ou criação animal é do PBA demonstra a falta de sentimento de pertencimento e a continuidade da dependência. Desta forma, neste momento, este programa está metodologicamente avançando nas estratégias familiares para a gestão dos sistemas produtivos para permitir a implantação das ações previstas.

Em relação a alguns itens de materiais, por exemplo, são predominantemente estruturas e equipamentos de processamento e beneficiamento dos produtos agropecuários oriundos dos sistemas produtivos familiares. Portanto, a não aquisição destes itens deve-se ao fato da gestão dos sistemas produtivos pelas famílias indígenas ainda estarem em fase de construção e também porque estas estruturas e equipamentos concentram a produção de muitas famílias e seu uso comum depende da construção de acordos coletivos. As condições internas das comunidades para a construção destes acordos ainda são muito incipientes.

6. Análise da gestão do PBA-CI

Finalizado o quinto ano do planejamento inicial do PBA-CI, faz-se aqui uma análise da gestão, procurando apontar as oportunidades de melhorias identificadas durante a sua execução e informando como o CECS está reestruturando a metodologia de gestão com o propósito de criar uma visão única compartilhada entre as partes envolvidas do planejamento das próximas etapas e alinhar as expectativas destas partes. Analisa-se primeiramente os aspectos do planejamento, em seguida da execução do PBA-CI, aborda-se o processo de avaliação e apresenta-se a metodologia adotada bem como alguns critérios de controle.

Os pontos aqui levantados tem por objetivo, além de subsidiar a recondução da gestão do próprio programa, chamar a atenção para as lições aprendidas pela execução do PBA-CI da UHE GJC, criando um referencial que possa ser útil para a elaboração de futuros programas semelhantes.

6.1. Planejamento

O PBA-CI é um documento elaborado pelo empreendedor e aprovado pelas comunidades indígenas, pela FUNAI e pelo Ministério Público Federal. Foi construído utilizando-se metodologias participativas por meio de oficinas realizadas junto às Comunidades Indígenas. Harmoniza-se com o que preconiza a Convenção 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes, da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Este é um aspecto positivo.

Observa-se, entretanto, a ausência de um criterioso estudo etnográfico prévio que conduzisse para o planejamento de ações com aderência e sinergia na cultura de cada comunidade. O que foi possível fazer dentro do espaço temporal disponível, conforme relatado na introdução do PBA-CI, foi a coleta de dados etnográficos básicos que nortearam o planejamento. A carência de referenciais etnográficos efetivos teve como desdobramento a proposição de ações, observado durante a sua execução, para as quais não se efetivou o necessário sentido de pertencimento pelos indígenas dado o resultado do processo histórico de contato interétnico e às diferenças socioculturais.

Outro aspecto que merece destaque é que o PBA-CI, conforme proposto e aprovado pela FUNAI, gerou um volume expressivo de recursos que não se efetivaram em benefício direto às comunidades indígenas. Verifica-se, pelo acompanhamento orçamentário das ações, que apenas um terço dos recursos utilizados geraram benefício efetivo às comunidades indígenas no sentido de criar autonomia e autogestão. É o caso, por exemplo, das ações produtivas, do apoio ao artesanato, dos intercâmbios culturais, entre outros. A segunda parte dos recursos foi destinada ao pagamento de salários, combustível, manutenções e outros itens de custeio que estimularam a dependência financeira e a concentração de renda. Por último, a terceira parte dos recursos foi destinada à estrutura técnica de gestão e de acompanhamento.

Outro ponto importante a ser destacado diz respeito à relação entre objetivos, metas, indicadores e ações. Algumas das partes envolvidas defendem o posicionamento de que o PBA-CI estará cumprido apenas quando seus objetivos forem atingidos. Entretanto, na lógica da elaboração do planejamento do PBA-CI estava a identificação de ações que conduzissem cada Terra Indígena na direção dos objetivos propostos, não necessariamente garantindo o pleno e total cumprimento de tais objetivos. Nesse sentido, se algum objetivo não foi atingido totalmente, mesmo com a implantação integral de todas as ações previstas, o que pode ser decorrente de muitos fatores, vários deles fora do campo de atuação ou de controle do CECS, entende o CECS que, executadas as ações previstas, cumprem-se os compromissos assumidos.

Por último, a presença no PBA-CI de propostas abertas, indicadores e metas não mensuráveis e a ausência de produtos bem definidos dificultam o compartilhamento de um horizonte único a ser perseguido por todas as partes interessadas, gerando diferentes interpretações e, em alguns casos, até contraditórias. Vejamos o entendimento da Associação Brasileira de Controle da Qualidade – ABCQ[2]:

> *"Os indicadores devem ser representados pelo seu modelo matemático, periodicidade e método de coleta, além dos objetivos e das metas. Os indicadores podem ser apresentados graficamente, para se ter ideia de variabilidade e tendência, que ajudarão na pesquisa de soluções para melhoria contínua, com o intuito de atingir a meta proposta ou de definir novas metas para aquele indicador. A definição do método de coleta é bastante interessante quando se tem a composição de diferentes variáveis para se obter o indicador, de maneira que se pode ter certeza de que todas essas variáveis foram contempladas e utilizadas na obtenção do indicador."*

Conclui-se, pois, que indicador é um valor mensurável que permite aferir se as ações executadas estão conduzindo ao resultado almejado. Muitos indicadores definidos no PBA-CI permitem tal aferição, outros não. Tendo a definição da ABCQ como pano de fundo, vejamos alguns exemplos de indicadores definidos no PBA-CI:

> *"Descrição nos relatórios do processo de aquisição de terras; responsável: FUNAI;*
> *Estímulo a ações e projetos ligados ao artesanato indígena, independente do PBA"*

O que se observa aqui são exemplos de indicadores que não permitem qualquer medição e avaliação de avanço dos processos. Por outro lado, a avaliação do processo de execução pode ser viável, por exemplo, a partir de alguns exemplos de indicadores quantitativos do PBA-CI:

> *"Efetiva realização periódica das reuniões dos Comitês Gestores Locais;*
> *Manifestação positiva das comunidades indígenas e de representantes de órgãos indigenistas;*
> *Formação de especialistas indígenas com autonomia para elaboração de vídeos/filmes subsequentes."*

Embora o CECS possua evidências que convergem para os indicadores, para basear a avaliação do PBA-CI nestes indicadores seria necessário ter uma referência objetiva. Caso contrário, abrem-se margens à subjetividade. Por exemplo: Quantas reuniões periódicas são suficientes para considerar que a ação foi realizada a contento? O que deve ser considerado como *"manifestação positiva das comunidades indígenas"* para avaliar como foram cumpridas as ações? Que tipo de aferição pode

[2] Fonte: http://www.abcq.org.br/13/indicadores--objetivos-metas-qualidade.html consultado em maio de 2017.

definir quantitativamente que os indígenas estão efetivamente capacitados em audiovisual? Como se mede a autonomia na elaboração de vídeos/filmes?

De acordo com a ABCQ esta referência seria a meta relacionada a cada indicador:,

> *"cada indicador deve ser acompanhado de uma meta, que fornecerá informação de sucesso ou fracasso na avaliação de um determinado processo, produto ou negócio."*

Entretanto, observa-se que as metas definidas no PBA-CI não são numéricas nem tampouco relacionadas a indicadores. Os exemplos abaixo esclarecem muito bem essa situação:

> *"Viabilizar estrutura logística completa;*
> *Criar Comitê Gestor Geral, Comitês Gestores Locais e Comissões Aldeãs;*
> *Discutir diretrizes gerais para elaboração do Plano de Trabalho de cada Programa para o ano subsequente;*
> *Fornecimento de material de propagação (semente e mudas) pelo subprograma [...];*
> *Realização de atividades agrícolas dentro da área diagnosticada para este fim [...]*
> *Incentivar a comercialização de itens de culturas vegetais e produção animal, como produto orgânico certificado;*
> *Realizar oficinas sobre vigilância e Gestão Territorial."*

Observa-se, também, que não há nenhuma meta capaz de cumprir a sua função conforme propõe a ABCQ:

> *"[...] informação de sucesso ou fracasso na avaliação de um processo, produto ou negócio.",*

O que leva a deduzir que as metas apresentadas não devem ser utilizadas como instrumento de avaliação do PBA-CI.

Desta forma, conclui-se que os instrumentos de gestão "indicadores" e "metas" adotados pelas instituições envolvidas no momento da aprovação do PBA-CI, que num primeiro momento, poderiam ser entendidos como elementos eficazes para uma avaliação objetiva do PBA-CI, mostraram-se ao longo do tempo ineficazes para este fim. Portanto, tentar avaliar o PBA-CI por seus indicadores e metas, é uma tarefa inviável, motivo pelo qual o CECS entende que o progresso do PBA-CI só pode ser avaliado de forma objetiva pela avaliação do estágio de execução das ações previstas para atendimento dos objetivos propostos.

6.2. Execução

O diálogo permanente com as comunidades indígenas tem sido o principal método utilizado pela equipe técnica responsável para a execução das ações previstas no PBA-CI. O esperado protagonismo dos indígenas é ainda muito singelo. Entretanto, é no Comitê Gestor Local, instância administrativa prevista no PBA-CI, que ocorrem os diálogos, as proposições e as decisões de forma participativa, quando se observa o envolvimento permanente dos indígenas de cada comunidade. Sugere-se, para a continuidade do PBA-CI, maior participação da FUNAI regional nestas reuniões.

A consolidação do relatório anual de 2016, período entre 2015-2016, referente à execução das ações atinentes ao PBA-CI da UHE Mauá, elaborado pela Socióloga Maria Aparecida Carvalho e pelo Antropólogo Paulo Serpa,

> *"permitiu identificar algumas questões que merecem ser ressaltadas e posteriormente adequadas e/ou ajustadas para garantir o sucesso na implantação das medidas mitigadoras e compensatórias."*

As recomendações destes profissionais estão sendo utilizadas como subsídio para a construção de uma proposta de continuidade que se efetivará pela elaboração e execução dos projetos, discutidos com cada comunidade e aprovados nos respectivos Comitês Gestores Locais.

No relatório referente ao período entre 2015-2016 foram apontadas as seguintes recomendações:

- **Capacitação das equipes de campo:** o Antropólogo Paulo Serpa, desde a sua contratação, trabalhou ativamente nesta capacitação. Atualmente a equipe está sendo preparada para a atuação utilizando metodologia de gerenciamento de projetos;
- **Carência de dados etnográficos:** principalmente o que vem orientando a proposta para o Programa 3 do PBA-CI referente à gestão territorial fundamentada na PNGATI;
- **Necessidade de formação e capacitação de lideranças e gestores indígenas:** como tal formação não foi prevista no PBA-CI, pode-se pensar numa proposta a ser elaborada e executada por substituição por outras ações previstas menos significativas;
- **Recuperação de áreas degradadas voltada à qualidade ambiental da TI e a segurança alimentar das populações orientadas pelas diretrizes da PNGATI:** a proposta a ser construída para o Programa 4 foca na formação e capacitação para a composição de sistemas agroflorestais em médio e longo prazos com este propósito;
- **Valorização das mostras culturais, oficinas de conhecimentos tradicionais e festividades:** considera-se aqui a possibilidade de realização de intercâmbios culturais, publicação de materiais paradidáticos e catálogos do artesanato bem como de oficinas de artesanato visando a salvaguarda de modos de fazer, o aprimoramento dos produtos confeccionados e formas de certificação tais como o "selo indígena";
- **Necessidade de organização de dados coletados:** O CECS disponibilizou uma plataforma para centralização dos dados. Trata-se de tecnologia para centralização dos dados no CECS em Curitiba com acesso remoto via Internet configurável para a equipe técnica;
- **Necessidade de estratégias de comunicação e articulação:** está prevista na proposta de continuidade do programa 5 a disponibilização efetiva de ferramentas de informática que, além de atenderem a necessidade de comunicação e articulação entre as comunidades indígenas, se prestam também à demanda de divulgação do artesanato, entre outras;
- **Necessidade de nova orientação para a continuidade do PBA-CI:** esta nova orientação se consolidará no plano de continuidade que está sendo elaborado com metodologia de gerenciamento de projetos;
- **Necessidade de avaliação do empreendedor independente da FUNAI:** este relatório reflete esta avaliação, feita pelo CECS, daquilo que foi executado até o quinto ano e do que ainda resta pendente;
- **Importância de um planejamento estratégico do PBA-CI:** desde a avaliação do PBA-CI pela equipe de consolidação do relatório anual de 2016 o CECS vem fazendo diálogos no sentido de identificar erros e acertos, corrigir e redirecionar o processo de implantação das ações, avaliar e rever metodologias, métodos e técnicas, replanejar as ações, identificar a

necessidade de capacitações, melhorar o entrosamento entre as equipes técnicas e a coordenação;

- **Buscar parceiros que possam assumir a continuidade do processo:** neste sentido, o CECS vem estreitando relações com a Emater e SEAB/PR cujas ações estarão previstas na proposta de continuidade dos Programas 2 e 4;

Durante os cinco primeiros anos do planejamento inicial do PBA-CI, CECS executou os programas conforme suas possibilidades e limitações, buscando sempre os melhores resultados, tanto que vem trabalhando agora, nessa mesma perspectiva, numa proposta de continuidade com os recursos que estão à sua disposição. O CECS entende, entretanto, ser fundamental uma ação mais próxima e integrada da FUNAI e vem, nos últimos meses, buscando estreitar o relacionamento com esta instituição que tem competência para a execução da política indigenista oficial e poderá subsidiar o CECS, nas próximas etapas, para que os ajustes sejam feitos com a maior antecedência possível com benefícios principalmente para as comunidades atendidas pelo programa.

6.3. Avaliação no quinto ano

Por se tratar de um processo de alta complexidade, no início da elaboração do PBA-CI não era possível definir prazos com exatidão. Foi acertado entre as partes que o PBA-CI teria um planejamento inicial de cinco anos, ao final do qual seria feita uma auditoria pela FUNAI.

> *"Ao final de 5 anos haverá auditoria realizada pela FUNAI em campo para avaliação do andamento das ações de cada Programa, de modo a definir se haverá continuidade ou não desses Programas."*

Tendo em vista a finalização do prazo inicial de 5 anos, na ausência da auditoria que seria realizada pela FUNAI e diante da necessidade de previsão de recursos das Consorciadas para a continuidade das ações, o CECS elaborou um diagnóstico próprio daquilo que foi realizado, apresentado neste documento, tendo como base as premissas dos instrumentos de avaliação discutidos também neste documento.

Independentemente da FUNAI ter ou não realizado avaliações ao longo do processo e de sua avaliação que deveria ter ocorrido ao final do quinto ano, o CECS tem domínio e evidências de tudo o que foi executado e do que ainda falta executar. Poderá assim, subsidiar a FUNAI e as comunidades indígenas com informações sempre que necessário.

6.4. Gestão por projetos

Desde o início do PBA-CI foi adotado um modelo de gestão participativa que respondia às demandas dos respectivos Comitês Gestores Locais das TIs. Reconhece-se o papel fundamental

deste fórum de discussões pelo qual passaram todas as ações executadas ao longo do período de planejamento inicial. Entretanto, na reunião do Comitê Gestor Geral foi manifestada preocupação em relação a eventuais descontinuidades e carência de uma visão mais ampla do PBA-CI e do conjunto dos programas e ações nele contido.

É natural que os Comitês Gestores Locais, formado pelas lideranças de cada comunidade, identifiquem prioridades em atendimento às questões políticas e sociais de cada momento. É claro que tais questões precisam ser respeitadas, mas o que vem sendo observado é que alguns programas e ações acabam não entrando em pauta, portanto, não recebendo a devida atenção para que sejam discutidos e iniciados.

Como resultado, pudemos observar na fala de vários indígenas na última reunião do Comitê Gestor Geral, realizada em Agosto deste ano, o desconforto por ações executadas de forma isolada, sem que tivessem, nas palavras dos indígenas, "início, meio e fim". Tal constatação foi verificada também na análise realizada pelo CECS, pois as demandas discutidas e aprovadas pelos Comitês Gestores Locais, em vários casos, careciam desta visão de conjunto, resultando em desconexão entre a ação realizada e as necessárias ações precedentes ou consequentes que não foram previstas pelos respectivos Comitês. Esta mesma situação é também relatada no ofício recebido da FUNAI 251/2017/CGLIC/DPDS-FUNAI: "Assim, gostaríamos de salientar a necessidade de ajustar o descompasso da execução quanto à entrega de recursos materiais sem a efetiva capacitação dos indígenas para a consolidação dos Programas como um todo [...]".

Com vistas a corrigir tais descompassos, o CECS vem implantando a gestão por projetos para a execução das ações do PBA-CI. A proposta é que nenhuma ação ocorra sem que antes seja discutida no âmbito de um projeto específico que considere a visão de conjunto e a necessária conexão das ações entre si, para que se obtenham resultados mais efetivos. Assim sendo, as ações previstas e ainda não finalizadas, estão sendo agrupadas em projetos pela equipe técnica, projetos estes que serão discutidos no âmbito dos respectivos Comitês Gestores Locais antes de iniciarem, respeitando assim a necessária participação das Comunidades em todo o processo de planejamento, bem como as condições políticas e sociais emergentes de cada TI.

Com esta medida pretende-se, não só acertar os descompassos observados pelo CECS, pela FUNAI e pelos próprios indígenas, mas também identificar sinergias, dependências e conexões entre as ações semelhantes nas diversas TIs. Ganha-se, com isso, a otimização no uso dos recursos bem como a execução de conjuntos de ações que possam promover a integração entre as comunidades atendidas pelo PBA-CI.

Já nas primeiras reuniões realizadas com a equipe técnica para o planejamento por projetos, foi possível observar resultados positivos, tanto na concatenação temporal como também na concatenação espacial das ações.

Um outro resultado positivo da gestão por projetos é colocar temas específicos sob a responsabilidade de um único profissional. Com isso, mantém-se o foco nos programas e nas ações do PBA-CI a serem realizadas, minimizando o efeito da visão parcial dos Comitês Gestores Locais que acabam naturalmente, como já exposto anteriormente, priorizando algumas frentes em

detrimento de outras. Com esta iniciativa muda-se a atuação que, até então ocorria por terra indígena, para a atuação por programa, fazendo com que os técnicos do PBA-CI adquiram expertise e experiência em temas específicos com benefícios para todas as comunidades.

6.5. Safras de grãos

A safra de grãos, de forma geral, vem sendo implantada em uma escala que gera uma produção significativa em relação à da demanda, principalmente de milho e feijão, das Terras Indígenas. O modelo de agricultura orgânica de substituição de insumos adotado em maior escala, pode ser um sistema de transição entre o modelo de agricultura convencional e sistemas de produção agroecológicos mais autônomos e construídos localmente. Durante o passar dos anos ocorreu uma gradativa redução de escala principalmente em função da demanda de mão de obra para controle do mato. Portanto, é importante a construção de uma transição com maior autonomia dos indígenas na gestão dos sistemas produtivos para permitir a continuidade da produção de alimentos.

Entretanto, durante os cinco anos do planejamento inicial, os técnicos do PBA-CI estavam à frente da realização, tanto do planejamento, como da execução de cada safra. Se, por um lado foram obtidos excelentes resultados, a partir deste momento é importante que os indígenas considerem que as iniciativas pertencem a cada comunidade e não ao PBA-CI, ao técnico ou ao CECS. Por este motivo, os técnicos passarão a atuar cada vez mais na consultoria, na orientação e na fiscalização dos indígenas para a execução das ações.

7. Relatório Executivo

Pretende-se, nesse tópico específico, apresentar de forma sucinta a perspectiva das equipes técnicas responsáveis pelo trabalho de campo do PBA – CI. A composição de uma perspectiva da equipe técnica de forma mais ampla, também se encontra dentro dos objetivos onde em um primeiro momento, a partir da construção do dado etnográfico, através da experiência dos técnicos, busca-se então uma análise crítica que apresenta o encadeamento dos dados específicos que, de certa forma, contribuem para a compreensão do processo mais amplo, do ponto de vista técnico-executivo. Posteriormente apresentam-se apontamentos de caráter mais propositivo visando configurar um horizonte táctil através, sobretudo, das recomendações e orientações técnicas, objeto do último item desse tópico.

Seguindo a ordem dos tópicos, o contexto de produção dos dados etnográficos que orientou as ações do PBA –CI de responsabilidade da equipe técnica pode ser acessado, em caráter de consulta, na seção “Anexos” desse documento. A partir da produção desses dados etnográficos dentro de um planejamento anual para o período julho2016/junho2017 seguiu-se, atendendo solicitação da própria FUNAI, um formato de sistematização específico através de “planilhas resumidas” que se pretende de fácil leitura e compreensão para apresentar o andamento das ações do PBA – CI em cada Terra Indígena.

Nesse ponto cabe destacar a especificidade do caso das Terras Indígenas Guarani Nhandeva Laranjinha, Pinhalzinho e Ywy Porã. Essas terras indígenas não possuíam plano operativo para o período em questão sendo que na reunião do Comitê Gestor Geral de janeiro/2017 à exceção das demais terras indígenas que compõem o PBA – CI, não foi apresentado o plano operativo das terras guarani em questão. A inexistência de um plano operativo deve-se, entre outros fatores, à ausência de um técnico de ciências humanas para encaminhar as ações no período agosto/2016 a janeiro/2017. Diante dessa ressalva adianta-se que as ações apresentadas para as Terras Indígenas Laranjinha, Pinhalzinho e Ywy Porã referem-se ao período fevereiro/2017 a junho/2017.

A construção do presente relatório anual possui também suas especificidades que, a partir de uma perspectiva mais ampla, merecem destaque como fatores determinantes na construção do atual contexto do PBA – CI. O período que se configura como objeto deste relatório é ímpar não apenas por protagonizar as discussões relativas à continuidade do próprio PBA –CI, mas também por apresentar um cenário bastante instável no que diz respeito ao trabalho específico da coordenação antropológica. Cabe destacar ainda que o período compreendido entre agosto/2016 e janeiro/2017 é caracterizado, sobretudo, pela ausência de coordenação antropológica. O período subsequente fevereiro/2017 a julho/2017 compreende o início das atividades do antropólogo Paulo Serpa que se encerra no mês de agosto do mesmo ano. Dessa forma, pretende-se esclarecer e dar os devidos créditos à equipe técnica que, em caráter excepcional, assume a responsabilidade de redação do item 7 do presente relatório.

7.1.Síntese dos relatórios anuais por programa

TI MOCOCA
EQUIPE TÉCNICA
Diego Campos Arruda Rodrigues (Téc. Humanas)
Thiago Furlaneto (Eng. Agrônomo – Responsável somente pelo texto Ref. Ao programa II A)

As tabelas a seguir correspondem ao período do quinto ano de atividade do PBA-CI-UHE Mauá na Terra Indígena Mococa: o Programa de Articulação de Lideranças Indígenas, Execução, Gestão e Monitoramento do PBA. Mais especificamente, no Subprograma de Gestão tem como base o comitê gestor local como espaço de diálogo, planejamento e deliberação quanto às ações do PBA-CI como um todo. No período é destacada a saída do técnico social das TIs Mococa e Queimadas. Aspecto que altera a dinâmica do próprio comitê, embora a nossa, como uma ação suplementar, visava um menor impacto e este acaba por ocorrer.

No Programa de Vigilância e Gestão Territorial foram realizadas reuniões com abordagem dos instrumentos da PNGATI; abordagem de exemplos de outros grupos indígenas; expectativas e definições de uso da terra; abordagem em campo, complementação de georeferenciamento e plotagem em mapa. É aguardada a finalização do termo de referência para contratação de empresa especializada para desenvolver estas frentes nas TIs. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Proteção de Nascentes não tiveram atividades no período, no entanto, há expectativa quanto à deliberação da situação dos contratados indígenas previsto ao Horto Florestal.
No Programa de Fomento à Cultura e às Atividades de Lazer foram realizados registros audiovisuais que demandam a contratação de empresa especializada para a realização da capacitação prevista. Outra importante ação foi a finalização do processo de construção do Selo Indígena junto ao MDA e o início das manutenções no salão de festas. Por fim, o Programa de Melhoria da Infraestrutura das Terras Indígenas não houve nenhuma ação realizada no período.

PROGRAMA I – Programa de Articulação de Lideranças Indígenas, Execução, Gestão e Monitoramento do PBA.			T.I MOCOCA
I.A Subprograma de Gestão do PBA			**Período: 06/2016 à 06/2017**
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Reunião do Comitê Gestor Local (envolvendo programas e ações diversos que compõem a execução do PBA-CI)	atividade concluída	Atas e fotografias	
Reunião do Comitê Gestor Geral	atividade concluída	Atas e fotografias	
Abordagem de relatório anual na TI	atividade concluída	atas	
Apresentação sobre resultados de Monitoramentos	Atividade atividade não iniciada		Atividade não realizada
Organização e/ou digitalização de documentos e fotografias	em andamento atrasado		precisa ser finalizado
Curso de Informática (1 coordenador indígenas)	em andamento em atraso		Escola que estavam fazendo o curso fechou. Demanda reiniciar em Ortiguira
Curso de Elaboração de Projetos;	atividade não iniciada		Coodenador antropologico fez contato com possiveis profissionais para ministrar esta capacitação
Realização de avaliação em campo pela FUNAI(DF)	em andamento		Aguardam o parecer por escrito
Avaliação de internet e possível substituição	atividade concluída		internet esta funcionando nos ultimos 30 dias
I.B Subprograma de Articulação Inter-aldeã e Interinstitucional do PBA			
Sem atividade			
I.C Subprograma de Intercâmbio			
Intercambio comemorativo as festividades do dia do índio	Atividade concluída	Fotos	

Para favorecer a compreensão das informações disponibilizadas no quadro síntese do programa de apoio às atividades agropecuárias previstas no PBA/CI da UHE Mauá para serem desenvolvidas na TI Mococa, é importante ter uma noção prévia de alguns elementos internos e externos a terra indígena que permearam e influenciaram o planejamento e a execução de atividades na TI.

Primeiramente é necessário ter em mente que após cerca de 9 anos sem que houvesse substituição de cacique na terra indígena Mococa, em junho de 2016 houve eleição e um novo cacique foi eleito para assumir a liderança da terra indígena. Tal questão é ressaltada porque quando ocorrem substituições de contratados e de outras lideranças indígenas que participam de planejamentos e de execuções de atividades relativas ao PBA/CI, algumas destas acabam sendo rediscutidas e podem ou não acontecer conforme o planejado inicialmente. Após a mudança da liderança em questão (“troca de cacique”), foi necessário um período de pouco mais de um mês de conversas e reuniões

no Comitê Gestor Local (CGL) para que fossem realizadas apresentações e discussões básicas com o novo cacique sobre o PBA/CI da UHE Mauá.

Outro elemento que também influenciou o planejamento das atividades agropecuárias a serem implementadas com o apoio do PBA/CI no período de junho de 2016 a julho de 2017 foi a não disponibilização da área agricultável (fazenda Samambaia) em fase de aquisição para a terra indígena Mococa. Conforme relatado nos relatórios de 2012/2013; 2013/2014 e 2014/2015 do PBA/CI da UHE Mauá, boa parte das ações previstas no Projeto para a TI Mococa foram planejadas levando em conta a área que seria adquirida e disponibilizada para a terra indígena já a partir do primeiro ano de execução do PBA/CI. Como isto não ocorreu até o momento (final do 5 ano de execução do projeto), várias ações não puderam ser iniciadas ou foram realizadas em escala inferior a previsão inicial.

Ademais, cabe também mencionar outros dois fatores que permearam e influenciaram o planejamento e a execução de atividades do PBA/CI na terra indígena Mococa. O primeiro deles diz respeito a preocupações e incertezas dos indígenas quanto aos processos de avaliações e continuidade do Projeto, uma vez que em junho de 2016 foi iniciado o quinto ano de execução do PBA/CI e muitas dúvidas surgiram no que tange a continuidade de algumas ações do projeto.

Neste cenário de incertezas, que deverá durar enquanto não forem (re)estabelecidos acordos entre as partes envolvidas (indígenas, empreendedor, Funai e Ministério Público Federal), a discussão e o planejamento de algumas atividades serão realizadas com maior dificuldade no âmbito do Comitê Gestor Local; havendo ainda o risco de que algumas delas acabem ocorrendo em momentos diferentes do tecnicamente ideal (especialmente no caso de ações atreladas a questões climáticas) ou distante do tempo do interesse dos indígenas (“a temporalidade dos interesses dos indígenas normalmente parece ser diferente da temporalidade do dinheiro público , do empreendedor e das outras instituições envolvidas no processo”).

O outro fator que influenciou a execução de parte das ações planejadas foi à saída do profissional de ciências humanas (historiador) ao final de março de 2017 (sendo que o mesmo trabalhava no CGL da TI Mococa desde março de 2014). Neste contexto, algumas ações que foram discutidas e planejadas em parceria com este profissional não puderam ser iniciadas ou desenvolvidas conforme o planejado com os indígenas.

Por fim, o quadro (1) disponibilizado a seguir apresenta uma síntese das ações previstas no programa de agropecuária do PBA/CI; planejadas no âmbito do CGL para serem desenvolvidas no período de junho de 2016 a junho de 2017. Além deste quadro síntese geral do programa, também estão disponíveis outros sete que sintetizam as ações referentes a cada uma das atividades agropecuárias previstas no programa (safra de feijão e milho; apicultura; olericultura; fruticultura; café e cana-de-açúcar; bovinocultura e piscicultura).

Quadro 1: Relação das atividades agropecuárias previstas para serem realizadas na terra indígena Mococa no âmbito do programa II A do PBA/CI da UHE Mauá.

PROGRAMA II – Apoio às atividades agropecuárias das comunidades indígenas			TI Mococa
Subprograma II A (Agricultura)			Período: 06/2016 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
1°) Safra de feijão e milho	*Concluída*	Atas e fotos	Realizada em escala parcial quanto ao previsto no PBA/CI.
2°) Apicultura	*Em andamento*	Atas e fotos	Realizada em escala parcial quanto ao previsto no PBA/CI.
3°) Olericultura – *familiar*	*Concluída*	Atas e fotos	Realizada em escala parcial quanto ao previsto no PBA/CI.
4°) Olericultura – *escola*	*Em andamento*	Atas e fotos	Atividade inicialmente não prevista PBA/CI.
5°) Fruticultura	*Em andamento*	Atas e fotos	Foram realizados levantamentos sobre interesses para implantação de frutíferas no segundo semestre de 2017.
6°) Café e cana-de-açúcar	*A iniciar (em atraso)*	-	
7°) Bovinocultura e piscicultura	*A iniciar (em atraso)*	-	Não foram previstas atividades no período em questão. Aguardando definição sobre aquisição de terras e presença de técnico especializado.

PROGRAMA III – Programa de Vigilância e Gestão Territorial			**MOCOCA**
			Período: 06/2016 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Reunião/oficina - Abordar mapeamentos/ etnomapeamento	em andamento	atas	ocorreram reuniões para planejar o uso
Reunião/Oficina /acordos/: Abordagem dos instrumentos da	em andamento	atas	
Reunião - Definição dos acordos mínimos e planejamento das ações	em andamento	atas	
Gestão territorial interface apicultura	atividade concluída	Atas, fotos e relatório	
Reunião - Revisitação aos acordos realizados em torno da atividade da	atividade concluída	Atas, fotos e relatório	
Oficina - Realização de etnomapeamento e definição de	atividade concluída	Atas, fotos e relatório	
Acordos a respeito de etnozona;	atividade concluída	Atas, fotos e relatório	

PROGRAMA IV – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Proteção de Nascentes			T.I MOCOCA
			Período: 06/2016 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Contratados indígenas (30% Horto Florestal)	atividade não iniciada		Aguardando resposta do CECS a oficio do MPF sobre questão
Reunião Comitê Gestor Local sobre demais contratados previstos no PBA-CI	atividade não iniciada		
PROGRAMA V. Programa de Fomento à Cultura e Fomento às Atividades de Lazer			**T.I MOCOCA**
V. A - Subprograma de revitalização de conhecimentos e atividades indígenas tradicionais			**Período: 06/2016 à 06/2017**
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Capacitação audiovisual	atividade não iniciada		
Apoio ao Grupo de Dança da ¨TI	Em andamento atrasado	ata	Não teve resposta do CECS
Apresentação de proposta de aquisição de materiais para grupo de	atividade não iniciada	ata	
Apoio a apresentações de grupo de dança	atividade não iniciada		
V.B – Subprograma de apoio ao Artesanato			
Acompanhamento e avaliação de uso de selo indígena e possível expansão	atividade não iniciada		
Divulgação de artesanato através da publicação de materiais audiovisuais e impressos	atividade não iniciada		
Elaboração de site para divulgação de artesanato, grupo de dança e	atividade não iniciada		
Casa de Passagem (Remanejamento)	atividade não iniciada		
Curso de artesanato (definições em reunião do CGL)	atividade não iniciada		
V.C. Subprograma de fomento às atividades de lazer			
Manutenção de Salão de Festas	em andamento atrasado		aguarda os serviços de serralheria
Avaliação e Manutenção continuada das construções	atividade não iniciada		aguarda manutenções

PROGRAMA VI- Programa de Melhoria da Infra-estrutura das Terras Indígenas			T.I MOCOCA
VI.A Subprograma de Melhoria de Trechos de Estradas: Terras Indígenas MOCOCA, Apucaraninha e Barão de Antonina			**Período: 06/2016 à 06/2017**
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Melhoria de Estradas	atividade não iniciada		
Visita de Engenheiro Especialista para elaboração de proposta	atividade não iniciada		
Definição de outra área de melhoria	atividade não iniciada		
VI. B – Subprograma de Gestão de Resíduos Sólidos			
Reuniões do CGL para definições	atividade não iniciada		
Instalação de lixeiras na TI	atividade não iniciada		

TI QUEIMADAS
EQUIPE TÉCNICA
Diego Campos Arruda Rodrigues (Téc. Humanas)
Thiago Furlaneto (Eng. Agrônomo – Responsável somente pelo texto Ref. Ao programa II A)

Em relação às ações desenvolvidas na TI Queimadas no Programa de Articulação de Lideranças Indígenas, Execução, Gestão e Monitoramento do PBA, há de se destacar a saída do então técnico de humanas que atuava, desencadeando em mudanças nos ritmos do trabalho na TI. No mais as ações de gestão foi mediado pelo comitê gestor local com grande empenho pelo cacique Adevanil. O período foi marcado pela troca de cacique o que demanda um período de apropriação por parte da nova liderança dos acordos e ações em andamento.

No Programa de Vigilância e Gestão Territorial foram realizadas reuniões com o CGL para estabelecer acordos de uso de veículos e segue no aguardo da finalização de termo de referência para realização dos trabalhos acordados neste programa. O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Proteção de Nascentes não teve atividades no período.

No Programa de Fomento à Cultura e às Atividades de Lazer foram realizados registros audiovisuais focados na questão do artesanato, documentário que está em fase final de elaboração, no entanto, não avançou na oferta de capacitações especificas para o desenvolvimento do documentário previsto. O selo indígena é marca neste período, embora atrasados no MDA acarretassem na não entrega oficial à comunidade. Foram realizadas as manutenções do ônibus conforme previsto. Por último, o Programa de Melhoria da Infraestrutura das Terras Indígenas não houve nenhuma ação realizada no período.

PROGRAMA I – Programa de Articulação de Lideranças Indígenas, Execução, Gestão e Monitoramento do PBA.			T.I QUEIMADAS
I.A Subprograma de Gestão do PBA			**Período: 06/2016 à 06/2017**
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Reunião do Comitê Gestor Local (envolvendo programas e ações diversos que compõem a execução do PBA-CI)	Concluída	Atas, fotografias	
Reunião do Comitê Gestor Geral	Atividade concluída	Atas, fotografias	
Reuniões equipe técnicas	Atividade concluída		
Abordagem de relatório anual na TI	Atividade concluída	Fotografia e ata	
Apresentação sobre resultados de Monitoramentos	Em andamento atrasado		previsto para meados de outubro
Organização e/ou digitalização de documentos e fotografias	em andamento atrasado		ação intensificada pelo técnico Rodrigo antes de sua saída
Procedimentos administrativos (solicitações de reembolso, termos de quitação, recibos, consultas de preço e outros)	Atividade concluída	Relatório	
Curso de Informática (2 coordenadores indígenas)	Atividade concluída	Relatório, lista presença	
Curso de informática (jovens indígenas e agente de defesa ambiental)	Atividade não iniciada		não houve disponibilidade de agenda por parte do SENAR
Curso de Elaboração de Projetos;	Atividade não iniciada		
Elaboração de relatório de atividades;	Atividade concluída	Relatório	realizado pelo técnico Rodrigo
Realização de avaliação em campo pela FUNAI(DF)	em andamento		aguardando o envio do parecer
Cercar e realizar ajustes em escritório (remanejamento);	em andamento atrasado	Fotografias	
Aquisição de porta arquivos	atividade não iniciada		
I.B Subprograma de Articulação Inter-aldeã e Interinstitucional do PBA			
Reuniões inter-aldeas	Atividade concluída	atas	
I.C Subprograma de Intercâmbio			
Intercambio comemorativo do dia do índio	Atividade concluída	Fotografias	

O quadro (1) apresenta uma breve síntese das ações inicialmente previstas no programa de agropecuária do PBA/CI e planejadas (ou não) no âmbito do CGL para serem desenvolvidas durante o período de junho de 2016 a junho de 2017 na terra indígena Queimadas.

Sobre a primeira atividade descrita no quadro em questão (safra de feijão e milho), foi realizada em escala parcial (6 alqueires de feijão e 6 alqueires de milho) ao inicialmente previsto no PBA/CI (12,4 alqueires de feijão e 12,4 alqueires de milho) devido a experiências anteriores e preocupações de lideranças indígenas no que diz respeito ao aproveitamento do recurso disponibilizado; uma vez que nos dois primeiros anos de execução do PBA/CI (quando foram realizados preparos e cultivos na escala prevista no PBA/CI) parte considerável da área cultivada acabou sendo "perdida no mato" (devido à dificuldades atreladas a capinas de áreas grandes).

No que diz respeito a segunda atividade citada no quadro 1 (apicultura), é importante ter em mente que inicialmente ela não foi prevista no PBA/CI. No entanto, como na terra indígena há uma grande área de mata nativa (ou em estágio avançado de sucessão vegetal) e a cadeia produtiva do mel é bem desenvolvida no município de Ortigueira (que normalmente figura entre os três maiores produtores de mel do Brasil), a atividade passou a ser discutida no CGL como oportuna para geração de renda para famílias de indígenas e para a Associação Comunitária Indígena Queimadas. Como inicialmente não há recurso previsto no PBA/CI para iniciar a apicultura na TI, os indígenas pretendem viabilizar a mesma com a utilização de parte de recurso monetário que em um primeiro momento foi previsto para adquirir uma pá-carregadeira para a terra indígena (e que não será adquirida especialmente em função dos riscos e custos que envolvem o uso e a manutenção da máquina em questão).

Quanto a terceira atividade do quadro (olericultura), no PBA/CI também não há previsão de trabalho com olerícolas. Para tentar estimular o desenvolvimento de algumas ações de olericultura a partir do uso de parte do recurso monetário inicialmente previsto para adquirir uma pá-carregadeira (conforme mencionado no parágrafo anterior), em fevereiro de 2017 foi realizada capacitação sobre cultivos de olerícolas orgânicas no quintal da família de um dos coordenadores do Comitê Gestor Local, com a idéia que este espaço pudesse despertar a atenção de alguns indígenas. Ainda com o mesmo propósito, em fevereiro de 2017 três mulheres indígenas realizaram visita e participaram de atividades práticas em uma propriedade que há cinco anos realiza cultivos de olerícolas em sistema orgânico e agroflorestal.

No que tange a quarta atividade citada no quadro 1 (fruticultura), especialmente devido a demanda de trabalho de outras atividades prioritárias (a maioria delas relacionadas a safra) as mudas de frutíferas previstas no PBA/CI foram discutidas no âmbito do Comitê Gestor Local para serem adquiridas e transplantadas no último trimestre de 2017 (principalmente por conta das chuvas que deverão favorecer o "pegamento" das mudas que serão transplantadas). Assim mesmo, para atender a demanda de poucas famílias em março de 2017 foi realizada oficina sobre preparo de covas e transplantio de mudas de frutíferas; na ocasião também foram disponibilizadas 45 mudas de frutíferas nativas que foram aproveitadas por outras 7 famílias.

Sobre a quinta atividade descrita no quadro 1 (bovinocultura), de maneira resumida vale mencionar que no período em questão (junho de 2016 a junho de 2017) os contratados indígenas realizaram a

instalação de cercas de arame liso em um dos dois piquetes que deverão totalizar 5 alqueires (área a ser cercada a partir dos materiais previstos para serem adquiridos pelo PBA/CI). Quanto ao outro piquete, em março de 2017 teve solo preparado e adubado com calcário e fosfato para que entre outubro e novembro de 2017 possa ser realizada a semeadura com gramínea para formação de pastagem. No que diz respeito a construção do curral, os indígenas esperam realizar a construção no final do segundo semestre de 2017; dependendo do andamento de outras atividades prioritárias e da disponibilização de recursos produtivos.

Quanto a piscicultura (sexta atividade descrita no quadro 1), cabe informar que foram realizadas poucas discussões sobre o assunto especialmente em função de outras demandas prioritárias no âmbito do Comitê Gestor Local.

Por fim, além do quadro síntese geral do programa (quadro 1) também estão disponíveis outros seis que sintetizam as ações referentes a cada uma das atividades agropecuárias previstas no programa (safra de feijão e milho; apicultura; olericultura; fruticultura; bovinocultura e piscicultura). Estes estão disponíveis nos anexos do programa IIA do PBA/CI, assim como fotos e textos (“relatos”) que auxiliam a leitura e compreensão das atividades descritas nos quadros.

Quadro 1: Relação das atividades agropecuárias previstas para serem realizadas na terra indígena Queimadas no âmbito do programa II A do PBA/CI da UHE Mauá.

PROGRAMA II – Apoio às atividades agropecuárias das comunidades indígenas			TI Queimadas
Subprograma II A (Agricultura)			Período: 06/2016 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
1°) Safra de feijão e milho	*Concluído*	Atas e fotos	Realizada em escala parcial quanto ao previsto no PBA/CI. Previsto: 12 ,4 alqueires de feijão e 12,4 alqueires de milho; Realizado: 6 alqueires de feijão e 6 alqueires de milho
2°) Apicultura	*Em andamento (atividade não prevista no PBA/CI)*	Atas e fotos	Atividade não prevista no PBA/CI. Realizada capacitação de 10 indígenas interessados. Na dependência de recurso monetário oriundo de substituição da pá-carregadeira prevista no PBA/CI.
3°) Olericultura	*A iniciar (atividade não prevista no PBA/CI)*	Fotos	Realizadas capacitação experimental com 5 indígenas contratados para que estes auxiliem em outras oficinas no segundo semestre de 2017.
4°) Fruticultura	*Em andamento*	Atas e fotos	Foi realizada oficina de transplantio de frutíferas nativas com representantes de 7 famílias (capacitação experimental) e levantamentos sobre interesses de famílias por frutíferas (em aferição).
5°) Bovinocultura	*Em andamento (com atraso)*	Atas e fotos	Finalizada a instalação de cerca em um dos dois piquetes. Segundo piquete adubado para semeadura com sementes de gramíneas em outubro de 2017. Pendente construção de curral, aquisição de animais e insumos produtivos.
6°) Piscicultura	*A iniciar (em atraso)*	-	Não foram previstas atividades no CGL no período em questão.

PROGRAMA III – Programa de Vigilância e Gestão Territorial			T.I QUEIMADAS
			Período: 06/2016 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Oficina sobre aspectos gerais da PNGATI e seus usos nas terras indígenas;	atividade não iniciada		aguardando os encaminhamentos sobre o termo de referencia elaborado pelo coordenador.
Gestão territorial interface apicultura: reunião, oficinas e atividades	atividade não iniciada		
Reunião do CGL sobre temática	Atividade concluída	ata	
Reunião para Revisão dos acordos de uso de veículos	em andamento	atas	reuniões frequente do CGL sobre o tema
Curso Carteira de Motorista (proposta de remanejamento de Carteiras C para A/B)	atividade não iniciada		
Proposta de aquisição de veículo (Van – 14/15 lugares roçadeira reversível para trator, atividades produtivas; Proposta de remanejamento – Pá Carregadeira);	atividade não iniciada	ata	aguarda posição do CECS sobre o tema

PROGRAMA IV – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Proteção de Nascentes			T.I QUEIMADAS
			Período: 06/2016 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Resposta do CECS sobre contratação de indígenas (30% APP e Horto Florestal)	atividade não iniciada		aguardando os encaminhamentos do termo de referencia em construção
Bambu (ver descrição no Programa 3)	atividade não iniciada		
Arvores nativas (reuniões)	atividade não iniciada		
Viveiro (reuniões)	atividade não iniciada		

PROGRAMA V. Programa de Fomento à Cultura e Fomento às Atividades de Lazer			T.I QUEIMADAS
V. A - Subprograma de revitalização de conhecimentos e atividades indígenas tradicionais			**Período: 06/2016 à 06/2017**
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Capacitação audiovisual	atividade não iniciada		aguardando orientação do CECS sobre o tema
Apoio ao Grupo de Dança da ¨TI	em andamento atrasado	atas	reunião do CGL tratando sobre o tema
Apresentação de proposta de aquisição de materiais para grupo de dança	em andamento atrasado	atas	aguardando resposta do CECS
V.B – Subprograma de apoio ao Artesanato			
Acompanhamento e avaliação de uso de selo indígena e possível expansão para outros artesãos	em andamento atrasado	Atas	entregue proposta ao CECS
Divulgação de artesanato através da publicação de materiais audiovisuais e impressos	em andamento atrasado	Atas e proposta apresentada ao CECS	entregue proposta ao CECS
Elaboração de site de divulgação de artesanato, grupo de dança e terra indígena	em andamento atrasado	Atas e proposta apresentada ao CECS	entregue proposta ao CECS
V.C. Subprograma de fomento às atividades de lazer			
Revisão de ônibus	Atividade concluída	Notas fiscais	Realizado conforme previsto

TI APUCARANINHA
EQUIPE TÉCNICA
Diego Campos Arruda Rodrigues (Téc. Humanas)
Felipe Aranha de Andrade (Eng. Agrônomo)

As atividades desenvolvidas na TI Apucarana no Programa de Articulação de Lideranças Indígenas, Execução, Gestão e Monitoramento do PBA seguiram com o bom diálogo na comunidade representada pelo CGL. Há de se destacar que o período foi marcado por diversos acontecimentos que desestabilizaram a comunidade e que de algum modo impacta o andamento das atividades. No entanto, foi possível realizar importantes ações de intercâmbio com ganhos significativos ao programa.

Em relação ao Programa de Apoio às Atividades Agropecuárias das Comunidades Indígenas há de se destacar o plantio de 26,42 alqueires de milho e feijão. Dada a continuidade na produção de sementes e gerado 360 kg de feijão e o plantio de 3.550 mudas de café, 102 mudas de banana e 400 mudas de pupunha. No Programa de Vigilância e Gestão Territorial não foram realizadas ações por aguardar a finalização do termo de referência para contratação de empresa especializada.

O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Proteção de Nascentes foram realizados o primeiro ciclo da Recuperação da População de Palmiteiro Jussara e o apoio à construção de projeto da Associação dos Moradores o edital do banco mundial em projeto de expansão da proposta do PBA-CI. O Programa de Fomento à Cultura e às Atividades de Lazer avançou na qualificação dos indígenas à construção de documentário que está em fase final de elaboração. Para a produção de material paradidático foram realizadas oficinas, no entanto, os resultados estão aquém do esperado e necessitam uma reformulação metodológica para dar sequência e finalmente o Programa de Melhoria da Infraestrutura das Terras Indígenas há um significativo atraso no andamento das obras.

PROGRAMA I – Programa de Articulação de Lideranças Indígenas, Execução, Gestão e Monitoramento do PBA.			**T.I APUCARANINHA**
I.A Subprograma de Gestão do PBA			**Período: 06/2016 à 06/2017**
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Reunião CGL	Atividade concluída	atas	
Apresentação do relatório anual / relatórios Agua/peixes	Em atraso não iniciada		previsão de realizar em meados de outubro/2017
Avaliação do PBA-CI pela FUNAI	Em andamento atrasado		aguardando envio da avaliação por escrito
Estabelecimento de acordo de continuidade do PBA-CI	Atividade não iniciada		atividade não realizada nas TI
Reunião do CGG	em atraso não iniciada	Atas, fotos, lista presença	atividade teve atraso
I.B Subprograma de Articulação Inter-aldeã e Interinstitucional do PBA			
Reuniões Inter-aldeã	Atividade Concluída	Atas - fotografias	
I.C Subprograma de Intercâmbio			
Intercambio Acampamento Terra Livre - DF	Atividade concluída	Relatório, fotografias	atividade não prevista
Intercâmbio para Barra do Turvo	Atividade concluída	Relatório – fotografia	atividade não prevista
Intercambio festividades comemorativas dia do Índio	Atividade concluída		

PROGRAMA II – Apoio às atividades agropecuárias das comunidades indígenas			TI Apucaraninha
Subprograma II A - Agricultura			**Período: 06/2016 à 06/2017**
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
- Safra agrícola 2016/2017 (feijão e milho) – 30 alqueires	*Atividade Concluída*	Relatório, planilhas e fotos	26,42 alqueires realizados. Foram disponibilizados todos os insumos, no entanto, faltou disponibilidade de área para plantas os 30 alqueires planejados.
- Produção de material próprio de propagação de plantas (sementes) - Safra 2016/2017	*Atividade Concluída*	Relatório, planilhas e fotos	Foram produzidos oito volumes de feijão (aproximadamente 360 kg).
- Plantio de culturas perenes	*Em andamento (atrasado)*	Relatório, planilhas e fotos	Plantio de 3.550 mudas de café, 102 mudas de banana e 400 mudas de pupunha. O café entrou como substituição de mexirica. 3.550 mudas de café equivale a 253 mudas de mexirica.
- Plantio de 2 alqueires de mandioca e/ou batata-doce	*Em atraso*	Relatório	O plantio de 2 alqueires de mandioca e/ou batata-doce foi paralisado devido ao zoneamento agrícola de risco climático para o plantio.
- Apicultura	*Não Iniciada*		
- Bovinocultura	*Não Iniciada*		
- Piscicultura	*Não Iniciada*		
Subprograma II B - Beneficiamento de Produtos, Certificação orgânica e Criação de Marcas Indígenas			

Na safra agrícola 2016/2017 foram plantados 26,42 alqueires, sendo 18 alqueires de feijão e 8,42 alqueires de milho. Os plantios na aldeia Sede foram em áreas familiares e nas aldeias Água Branca e Barreiro em áreas coletivas.

A produção de feijão na T.I Apucaraninha foi de 840 volumes de sementes beneficiadas, estimando-se 37.800 kg. O milho não teve sua produção contabilizada, pois esta cultura foi colhida de maneira escalonada, ou seja, os agricultores indígenas colheram as espigas de acordo com suas necessidades de utilização. As espigas foram utilizadas para alimentação dos indígenas e para alimentar suas criações de aves e suínos.

Na aldeia Barreiro os indígenas armazenaram oito volumes (360 kg) de sementes de feijão produzidas na safra agrícola 2016/2017, a fim de obter material próprio de propagação de plantas.

Em relação aos cultivos perenes, na aldeia Sede os plantios foram realizados em áreas familiares e na área de sistema agroflorestal do Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag; na aldeia Água Branca, em áreas familiares e coletivas; e na aldeia Barreiro em área coletiva.

As quantidades de mudas plantadas na aldeia Sede foram de 1.383, 100 e 82 mudas de café, pupunha e banana, respectivamente. Na aldeia Água Branca foram plantadas 210 mudas de café e 20 mudas de banana, em áreas familiares. Nas áreas coletivas foram plantadas 1.372 mudas de café e 300 mudas de pupunha. Na aldeia Barreiro foram plantadas 585 mudas de café.

O plantio de mandioca e batata-doce não foi executado, pois na época correta do zoneamento agroclimático para implantar estas culturas, não havia áreas agrícolas aptas para esses cultivos. Desse modo, o plantio de 4,84 hectares de mandioca e batata-doce será realizado na safra agrícola 2017/2018.

As atividades de apicultura, bovinocultura e piscicultura não foram iniciadas. O planejamento esta sendo realizado para que estas iniciem no período da safra agrícola 2017/2018.

PROGRAMA III – Programa de Vigilância e Gestão Territorial			**T.I APUCARANINHA**
			Período: 06/2016 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Elaboração de termo de referência	em andamento	Termo de referencia	plano operativo foi escrito e esta seguindo os tramites burocráticos junto ao CECS.

PROGRAMA IV – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Proteção de Nascentes			**T.I APUCARANINHA**
			Período: 06/2016 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Recuperação da População de Palmiteiro Jussara	Atividade concluída	Relatório, fotografias e marcação nos sites de plantio	realizado o plantio do primeiro ano
Apoio na construção de projeto à Edital externo (Edital SEAB 003/2017)	Atividade concluída	Projeto e protocolo	

PROGRAMA V. Programa de Fomento à Cultura e Fomento às Atividades de Lazer			**T.I APUCARANINHA**
V. A - Subprograma de revitalização de conhecimentos e atividades indígenas tradicionais			**Período: 06/2016 à 06/2017**
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
elaboração de material paradidático	Em andamento atrasado	Relatórios, fotos, lista presença	necessário readequar metodologia - das dez atividades previstas foram realizadas três.
atividades audiovisual	em andamento atrasado	Relatórios, fotos, lista presença, videos	fase final de edição / entrega de dois documentários
V.B – Subprograma de apoio ao Artesanato			
Apoio a obtenção do selo indígena junto ao MDA	Em atraso não iniciada		experiência de Queimadas e Mococa ainda não efetivou aguardando
V.C. Subprograma de fomento às atividades de lazer			
curso habilitação D	Em atraso não iniciada		substituição do indicado. aguardando tempo mínimo do indicado a poder realizar o curso

PROGRAMA VI- Programa de Melhoria da Infra-estrutura das Terras Indígenas			T.I APUCARANINHA
VI.A Subprograma de Melhoria de Trechos de Estradas: Terras Indígenas Mococa, Apucaraninha e Barão de Antonina			Período: 06/2016 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Transposição do córrego	em andamento atrasado	Relatórios, fotos, observação in loco	Quebra contrato por parte da empreiteira
Obras dos vestiários e campos de futebol	em andamento atrasado	Relatórios, fotos, observação in loco	quebra contrato por parte da empreiteira
VI. B – Subprograma de Gestão de Resíduos Sólidos			
Sem atividade para o período			

TI BARÃO DE ANTONINA
EQUIPE TÉCNICA
Maicon Fernando Marcante (Téc. Humanas)
Igor Karol Brasileiro (Eng. Agrônomo)

O período aqui relatado compreende o quinto ano de execução do PBA-CI na TI Barão de Antonina, entre julho de 2016 e junho de 2017. O Subprograma de Gestão permaneceu estruturado a partir do Comitê Gestor Local como instância de discussão, construção, planejamento, execução e monitoramento das ações previstas no PBA-CI como um todo. Além das reuniões do CGL foi mantido o diálogo permanente entre equipe técnica, funcionários e lideranças indígenas, bem como com famílias interessadas ou atendidas em projetos específicos, visando à construção conjunta das ações e à ampla participação indígena na gestão da execução do PBA-CI.

Como exemplo da gestão conjunta com ampla participação indígena na construção das ações destacam-se as discussões realizadas entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017 para elaboração do planejamento do primeiro semestre de 2017. Na TI Barão de Antonina, relativamente ao Programa de Agropecuária, foram planejadas as seguintes ações para o primeiro semestre de 2017: 1) finalização da safra 2016/2017; 2) continuidade no plantio e orientação técnica das mudas de café; 3) continuidade e consolidação da horta comunitária; 4) planejamento para plantio das mudas frutíferas; 5) planejamento das olerícolas; 6) continuidade no apoio técnico e finalização do projeto de recuperação da pastagem do gado bovino; 7) planejamento da piscicultura.

A safra de cereais foi a ação mais relevante do programa agrícola desenvolvida neste período. O principal objetivo da produção de milho, feijão e arroz em sistema familiar é a geração de alimentos para o consumo das famílias indígenas. A área plantada foi de 39,3 alqueires; sendo 29,5 alqueires de milho, 7,8 alqueires de feijão e 2 alqueires de arroz e contemplou em torno de 80 famílias indígenas.

A produção de café não inicialmente não figurava como atividade prevista no programa agrícola do PBA -CI para a TI Barão de Antonina. Esta ação foi desenvolvida através de substituições e seu objetivo principal é viabilizar uma alternativa de produção agrícola para geração de renda às

famílias indígenas. A área preparada no período compreende 1 alqueire (trabalho sendo desenvolvido com 10 famílias indígenas).

O objetivo principal da produção de horta orgânica e coletiva na TI Barão de Antonina é proporcionar a produção de alimentos saudáveis para fornecimento à comunidade. Esta ação também não estava originalmente prevista no PBA e foi realizada através de substituições, compreendendo discussões e planejamento junto ao CGL.

A criação de gado pela associação indígena é uma alternativa de produção agropecuária cujo objetivo principal é a geração de renda comunitária. Além da geração de renda a atividade também propicia a produção interna de leite e carne para consumo das famílias indígenas. As ações de planejamento em piscicultura, fruticultura e olericultura ainda precisam ser discutidas de forma mais detalhada, no âmbito do Comitê Gestor Local, para adequações e ajustes necessários à realização de cada atividade.

No Programa de Vigilância e Gestão Territorial foi mantida a rotina interna da TI de vigilância de rios, divisas, áreas de recuperação etc. No Programa de Recuperação de Áreas Degradadas deu-se continuidade na implementação das estufas para produção de mudas nativas e mudas de interesse. No Programa de Fomento à Cultura e às Atividades de Lazer foram realizados registros audiovisuais das festividades do Emi e do Abril Indígena, estabelecido diálogo inicial com a escola da TI para elaboração de material didático, realizado planejamento de capacitações em artesanato indígena e elaborada proposta para substituição do Centro Cultural por um salão de festividades. Finalmente, no Programa de Melhoria da Infraestrutura das Terras Indígenas foi finalizada a reforma da estrada da aldeia do Cedro e elaborada proposta para encaminhamento do Subprograma de Gestão de Resíduos Sólidos.

PROGRAMA I – Programa de Articulação de Lideranças Indígenas, Execução, Gestão e Monitoramento do PBA.			TI BARÃO DE ANTONINA
I.A Subprograma de Gestão do PBA			**Período: 07/2016 à 06/2017**
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Reuniões do Comitê ocal	Atividade concluída	Atas, registros fotográficos	Foram realizadas 06 reuniões do CGL
Diálogo permanente entre equipe técnica e lideranças/ funcionários indígenas	Atividade concluída		Foi mantido o diálogo permanente entre os envolvidos com o PBA-CI.
Discussão, planejamento e monitoramento das ações	Em andamento	Ata de reunião de planejamento (09/01/2017), Planejamento Semestral	Foram mantidos os processos de discussão e monitoramento. O planejamento de ações para o período posterior ainda segue em curso, com pendência de algumas ações previstas.
Procedimentos administrativos	Atividade concluída		Foram mantidos os procedimentos administrativos
Reuniões do CGG	Atividade concluída	Ata/memória, fotos, lista de presença	Foram realizadas duas reuniões do CGG (janeiro/2017 e agosto/2017)
I.B Subprograma de Articulação Inter-aldeã e Interinstitucional do PBA			
Reuniões Inter-aldeãs	Atividade Concluída	Registros fotográficos	Foram realizadas duas reuniões inter-aldeãs, na prévia das reuniões do CGG
I.C Subprograma de Intercâmbio			
Intercambio Acampamento Terra Livre - DF	Atividade concluída	Relatório, registros fotográficos	Atividade demandada pelo Conselho Indígena e por lideranças das TIs, realizada com parte do recurso destinado ao Intercâmbio para a região amazônica.
Intercambio festividades comemorativas dia do Índio	Atividade concluída	Registros fotográficos	Festividade da TI Barão de Antonina contou com participantes das TIs São Jerônimo, Mococa, Pinhalzinho e Ywy Porã

PROGRAMA II – Apoio às atividades agropecuárias das comunidades indígenas			TI BARÃO DE ANTONINA
II.A Subprograma de Agricultura			**Período: 07/2016 à 06/2017**
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Safra de cereais familiar: Feijão, milho e arroz	Atividade concluída	Registros fotográficos	Realizado conforme planejado no CGL
Cafeicultura familiar	Em andamento	Registros fotográficos	Foram realizadas as reuniões de planejamento para definição das famílias e das áreas de plantio, Nestas áreas foram iniciados os serviços de preparo de solo e adubação.
Horta coletiva	Em andamento (atrasado)	Registros fotográficos	Foi realizada a construção do viveiro de mudas arbóreas, a construção da estufa para produção de mudas de hortaliças e a construção de tulha para armazenagem dos materiais e insumos. Falta a aprovação do memorando para compra dos demais materiais necessários para a atividade.
Fruticultura coletiva e familiar	Atividade não iniciada	-	Não foi realizado neste período reunião para planejamento da atividade no Comitê Gestor Local.
Olericultura familiar	Atividade não iniciada	-	Não foi realizado neste período reunião para planejamento da atividade no Comitê Gestor Local.
Bovinocultura	Atividade concluída	Registro fotográfico	Neste período foram realizadas as aquisições de insumos para o gado (sal mineral, vacinas, vermífugos, brincos, etc.) e a contratação de assistência técnica especializada.
Piscicultura	Atividade não iniciada	-	Não foi realizado neste período reunião para planejamento da atividade no Comitê Gestor Local.
II.B Subprogramade Beneficiamento de Produtos, Certificação orgânica e Criação de Marcas Indígenas			
Obtenção de selo de produtos orgânicos.	Atividade não iniciada	-	-

PROGRAMA III – Programa de Vigilância e Gestão Territorial			TI BARÃO DE ANTONINA
			Período: 07/2016 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Rotina de vigilância (áreas de preservação, divisas, rios etc.)	Atividade Concluída	Registros fotográficos	Atividade sendo realizada pelos agentes ambientais contratados pelo PBA-CI. Destaca-se a importância da manutenção das motocicletas realizada pelo PBA-CI.
Discussões e levantamentos para etnomapeamento de área específica da TI	Em andamento (atrasado)		Dependente das discussões sobre gestão territorial. Foi elaborado termo de referência para contratação de empresa para elaboração do plano de gestão territorial, o qual está sob análise do setor administrativo do CECS.
Integração com Programa de Recuperação de Áreas Degradadas	Atividade não iniciada		Dependente das discussões mais amplas sobre gestão territorial e recuperação de áreas degradadas do PBA-CI como um todo (em andamento).

PROGRAMA IV – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Proteção de Nascentes			TI BARÃO DE ANTONINA
			Período: 07/2016 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Implementação do viveiro de mudas nativas e de interesse (duas estufas)	Em andamento (atrasado)	Ata de reunião do CGL com deliberação, projeto das estufas, registros fotográficos	A construção das estufas foi concluída. Encontra-se pendente a instalação do sistema de irrigação e a aquisição de ferramentas (enchadão, carriola etc.)
Continuidade no diagnóstico de áreas degradadas e matas ciliares	Atividade não iniciada		Dependente do encaminhamento dos programas de gestão territorial e de recuperação de áreas degradadas do PBA-CI como um todo (em andamento).
Continuidade no SAF do espaço da Oca	Atividade não iniciada		Dependente do encaminhamento do programa de recuperação de áreas degradadas do PBA-CI como um todo (em andamento).
Continuidade na diversificação de quintais familiares	Atividade não iniciada		Seguimento na identificação de famílias interessadas, potencial para quintais, culturas e espécies de interesse etc. Dependente da continuidade do programa de recuperação de áreas degradadas do PBA-CI como um todo (em andamento).
Continuidade na ampliação de reservas de material para artesanato (taquara)	Atividade não iniciada		Dependente do encaminhamento do programa de recuperação de áreas degradadas do PBA-CI como um todo (em andamento).

PROGRAMA V. Programa de Fomento à Cultura e Fomento às Atividades de Lazer			TI BARÃO DE ANTONINA
V. A - Subprograma de revitalização de conhecimentos e atividades indígenas tradicionais			**Período: 07/2016 à 06/2017**
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Continuidade nas capacitações para elaboração de registros audiovisuais	Atividade não iniciada		Aguardando encaminhamento para a continuidade da capacitação audiovisual (em andamento).
Produção de registros audiovisuais	Em andamento (atrasado)	Registros audiovisuais e fotográficos	Foram realizados apenas registros da festividade do abril indígena. Dependente do encaminhamento para a continuidade da capacitação audiovisual (em andamento).
Discussão e planejamento para elaboração de material didático	Em andamento (atrasado)		Foi travado contato inicial com a escola da TI, com manifestação de grande interesse pela produção do material. Aguardando encaminhamento conjunto para efetivamente iniciar a atividade.
V.B – Subprograma de apoio ao Artesanato			
Planejamento e organização de capacitações	Atividade concluída	Projeto de capacitação, registros fotográficos	Foi realizado o planejamento da capacitação específica de artesanato kaingang, contato com ministrante, aprovação do recurso e elaboração de procedimentos para pagamento, quitação, organização dos participantes, indicadores etc.
Capacitações para melhoria da qualidade e variedade do artesanato produzido na TI	Atividade não iniciada		Por questões internas da TI foi necessário adiar a realização da capacitação. No momento aguarda-se a resolução das questões internas da TI para realizar a capacitação planejada e demais capacitações adicionais.
V.C. Subprograma de fomento às atividades de lazer			
Elaboração de proposta de substituição do Centro Cultural por Salão de Festividades	Atividade concluída	Ata de reunião do CGL com deliberação, projeto para embasar a proposta de substituição	A proposta foi formulada pelo CGL e encaminhada para avaliação do setor administrativo do CECS. No momento aguarda-se a apreciação da proposta de substituição utilizando como base um projeto de centro cultural em arquitetura indígena.
Construção do Salão de Festividades	Atividade não iniciada		Aguarda-se a apreciação da proposta de substituição para encaminhar, em caso positivo, a construção do salão de festividades

PROGRAMA VI- Programa de Melhoria da Infra-estrutura das Terras Indígenas			TI BARÃO DE ANTONINA
VI.A Subprograma de Melhoria de Trechos de Estradas: Terras Indígenas Mococa, Apucaraninha e Barão de Antonina			Período: 07/2016 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Finalização da melhoria na estrada da aldeia do Cedro	Atividade concluída	Ata de reuniões do CGL com deliberações, projeto de melhoria da estrada, registros fotográficos	Foram concluídas as obras de melhoria da estrada da aldeia do Cedro.
Acompanhamento das obras de melhoria da estrada do Cedro	Em andamento	Relatório Técnico, registros fotográficos	Foi realizada a avaliação final da melhoria da estrada do Cedro pelo engenheiro civil do PBA-CI. Estão em andamento os trâmites necessários para finalização do contrato.
VI. B – Subprograma de Gestão de Resíduos Sólidos			
Elaboração de proposta de adequação do Subprograma de resíduos sólidos para a TI	Atividade concluída	Ata de reunião do CGL com deliberação, registros fotográficos	A proposta foi formulada e encaminhada ao setor administrativo do CECS, compreendendo capacitações, aquisição ou construção de uma caçamba para armazenagem dos resíduos e melhoria em trecho de estrada da TI para recolhimento dos resíduos sólidos pela prefeitura.
Discussões para avaliação da proposta	Em andamento		A proposta de adequação aguarda avaliação do setor administrativo do CECS, juntamente com o encaminhamento da atividade de resíduos sólidos do PBA-CI como um todo.
Capacitações sobre destinação correta de resíduos sólidos, separação de lixo orgânico etc.	Atividade não iniciada		Dependente da avaliação da proposta formulada.
Viabilização de uma caçamba para armazenagem dos resíduos sólidos e posterior recolhimento pela prefeitura	Atividade não iniciada		Dependente da avaliação da proposta formulada.
Execução das obras de melhoria da estrada de acesso da TI	Atividade não iniciada		Dependente da avaliação da proposta formulada.

TI SÃO JERÔNIMO
EQUIPE TÉCNICA
Maicon Fernando Marcante (Téc. Humanas)
Igor Karol Brasileiro (Eng. Agrônomo)

Como relatado nos relatórios anuais anteriores, a Terra Indígena São Jerônimo diferencia-se das demais TIs do PBA-CI por contar com dois Comitês Gestores Locais, seguindo a divisão interna da TI em duas comunidades chefiadas por dois caciques – uma comunidade dos Kaingang e outra dos Guarani. Em geral a gestão do PBA-CI em São Jerônimo segue de forma independente, com cada CGL tratando das ações específicas de sua respectiva comunidade. Em alguns casos faz-se necessário o diálogo conjunto entre os CGLs, tal qual nas construções do Salão de Festividades e do escritório do PBA-CI realizadas anteriormente. No período aqui relatado – referente ao quinto ano de execução – principalmente as discussões para aquisição dos 40 alqueires de terra previstos foram realizadas de forma conjunta entre ambos os CGLs.

Além das reuniões dos CGLs foi mantido o diálogo permanente entre equipe técnica e lideranças e funcionários indígenas, incluindo famílias indígenas em temas e ações de interesse das mesmas. Todas as ações encaminhadas foram debatidas, planejadas e executadas através das deliberações internas de cada CGL, com registro em Ata e posterior encaminhamento para viabilizar os recursos necessários. Esta metodologia de gestão participativa apresenta resultados positivos e até o presente momento assegura a construção conjunta, o protagonismo e a ampla participação indígena na gestão da execução do PBA-CI.

O planejamento do Programa de Fomento às Atividades Agropecuárias de ambos os CGLs compreendeu o encaminhamento da safra de cereais, cafeicultura, aquisição de cabeças de gado bovino, além das discussões iniciais para construção dos projetos de piscicultura e das demais ações pendentes. Os CGLs também definiram como prioridade a aquisição dos 40 alqueires de terra previstos.

A safra de cereais 2016/17 foi a principal ação desenvolvida no período. O objetivo principal do plantio de feijão e milho é a produção de alimento. Em alguns casos onde a área de plantio familiar é maior a produção também se destina para comercialização e geração de renda. O PBA realizou o preparo de solo em 25 alqueires contemplando aproximadamente 40 famílias indígenas.

O objetivo principal da formação dos cafezais nos quintais é a geração de renda para as famílias envolvidas na atividade. A produção de café, além de gerar renda e alimento para os produtores, também gera empregos sazonais para outras pessoas da comunidade, principalmente no momento da colheita. Área de café em produção: 2,1 alqueires (13 famílias trabalhando na atividade).

A produção de horta orgânica na escola da TI São Jerônimo não figura como atividade prevista no PBA, seu principal objetivo é a capacitação teórica e prática dos alunos e o estímulo ao desenvolvimento da atividade. As atividades de planejamento de fruticultura, olericultura e piscicultura foram iniciadas no âmbito dos Comitês Gestores Locais, necessitando aprofundamento nas discussões para consolidar os respectivos planejamentos.

No Programa de Vigilância e Gestão Territorial foi mantida a rotina interna da TI de vigilância de rios, divisas, áreas de recuperação etc. No Programa de Fomento à Cultura e às Atividades de Lazer foram realizados registros audiovisuais das festividades do Abril Indígena e travado diálogo inicial com a escola da TI para elaboração de material didático. Cabe ressaltar ainda o trabalho realizado na horta pedagógica da escola da TI, com apoio técnico do PBA-CI a partir de proposta construída pela própria escola.

PROGRAMA I – Programa de Articulação de Lideranças Indígenas, Execução, Gestão e Monitoramento do PBA.			TI SÃO JERÔNIMO
I.A Subprograma de Gestão do PBA			**Período: 07/2016 à 06/2017**
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Reuniões do Comitê ocal	Atividade concluída	Atas, registros fotográficos	Foram realizadas 13 reuniões do CGL (07 do CGL Guarani, 04 do CGL Kaingang e 02 conjuntas)
Diálogo permanente entre equipe técnica e lideranças/ funcionários indígenas	Atividade concluída		Foi mantido o diálogo permanente entre os envolvidos com o PBA-CI.
Discussão, planejamento e monitoramento das ações	Em andamento	Ata de reunião de planejamento (09/01/2017), Planejamento Semestral	Foram mantidos os processos de discussão e monitoramento. O planejamento de ações para o período posterior ainda segue em curso, com pendência de algumas ações previstas.
Procedimentos administrativos	Atividade concluída		Foram mantidos os procedimentos administrativos
Reuniões do CGG	Atividade concluída	Ata/memória, fotos, lista de presença	Foram realizadas duas reuniões do CGG (janeiro/2017 e agosto/2017)
I.B Subprograma de Articulação Inter-aldeã e Interinstitucional do PBA			
Reuniões Inter-aldeãs	Atividade Concluída	Registros fotográficos	Foram realizadas duas reuniões inter-aldeãs, na prévia das reuniões do CGG
I.C Subprograma de Intercâmbio			
Intercambio Acampamento Terra Livre - DF	Atividade concluída	Relatório, registros fotográficos	Atividade demandada pelo Conselho Indígena e por lideranças das TIs, realizada com parte do recurso destinado ao Intercâmbio para a região amazônica.
Intercambio festividades comemorativas dia do Indio	Atividade concluída	Registros fotográficos	Festividade da TI São Jerônimo contou com participantes das TIs Barão de Antonina e Pinhalzinho.

PROGRAMA II – Apoio às atividades agropecuárias das comunidades indígenas			TI SÃO JERÔNIMO
II.A Subprograma de Agricultura			**Período: 07/2016 à 06/2017**
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Safra de cereais familiar: Feijão e milho	Atividade concluída	Registros fotográficos	Realizado conforme planejado no CGL
Cafeicultura familiar	Em andamento (atrasado)	Registros fotográficos	Não realizado à tempo de efetuar o plantio dentro da época recomendada pelo zoneamento agrícola da região.
Horta escolar	Atividade concluída	Registros fotográficos	Realizado em parceria com a escola da Terra Indígena São Jerônimo.
Fruticultura	Atividade não iniciada	-	Não foi realizado neste período reunião para planejamento da atividade no Comitê Gestor Local.
Olericultura	Atividade não iniciada	-	Não foi realizado neste período reunião para planejamento da atividade no Comitê Gestor Local.
Bovinocultura	Em andamento (atrasado)	-	Foi realizado avaliação da condição atual da pastagem. Aguardando definição do CECS sobre a contratação de profissionais especializados para acompanhar a atividade.
Piscicultura	Atividade não iniciada	-	Aguardando contratação de profissionais especializados para orientar a atividade.
II.B Subprogramade Beneficiamento de Produtos, Certificação orgânica e Criação de Marcas Indígenas			
Obtenção de selo para produtos orgânicos.	Atividade não iniciada	-	-

PROGRAMA III – Programa de Vigilância e Gestão Territorial			TI SÃO JERÔNIMO
			Período: 07/2016 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Rotina de vigilância (áreas de preservação, divisas, rios etc.)	Atividade Concluída	Registros fotográficos	Atividade sendo realizada pelos agentes ambientais contratados pelo PBA-CI. Destaca-se a importância da manutenção das motocicletas realizada pelo PBA-CI.
Discussões e levantamentos para etnomapeamento de área específica da TI	Em andamento (atrasado)		Dependente das discussões sobre gestão territorial. Foi elaborado termo de referência para contratação de empresa para elaboração do plano de gestão territorial, o qual está sob análise do setor administrativo do CECS.

PROGRAMA IV – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Proteção de Nascentes			TI SÃO JERÔNIMO
			Período: 07/2016 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Plantio de bambu	Atividade não iniciada		Dependente do encaminhamento do programa de recuperação de áreas degradadas do PBA-CI como um todo (em andamento).

PROGRAMA V. Programa de Fomento à Cultura e Fomento às Atividades de Lazer			TI SÃO JERÔNIMO
V. A - Subprograma de revitalização de conhecimentos e atividades indígenas tradicionais			Período: 07/2016 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Continuidade nas capacitações para elaboração de registros audiovisuais	Atividade não iniciada		Aguardando encaminhamento para a continuidade da capacitação audiovisual (em andamento).
Produção de registros audiovisuais	Em andamento (atrasado)	Registros audiovisuais e fotográficos	Foram realizados apenas registros da festividade do abril indígena e de apresentações culturais. Dependente do encaminhamento para a continuidade da capacitação audiovisual (em andamento).
Discussão e planejamento para elaboração de material didático	Em andamento (atrasado)		Foi travado contato inicial com a escola da TI, com manifestação de grande interesse pela produção do material. Aguardando encaminhamento conjunto para efetivamente iniciar a atividade.
V.B – Subprograma de apoio ao Artesanato			
Planejamento e organização de capacitações	Atividade concluída	Projeto de capacitação, registros fotográficos	Foi realizado o planejamento da capacitação específica de artesanato kaingang, contato com ministrante, aprovação do recurso e elaboração de procedimentos para pagamento, quitação, organização dos participantes, indicadores etc.
Capacitações para melhoria da qualidade e variedade do artesanato produzido na TI	Atividade não iniciada		Foi iniciado diálogo com lideranças e indígenas interessados para organização do grupo de participantes da capacitação.
V.C. Subprograma de fomento às atividades de lazer			
Sem atividades para o período			

PROGRAMA VI- Programa de Melhoria da Infra-estrutura das Terras Indígenas			TI SÃO JERÔNIMO
VI.A Subprograma de Melhoria de Trechos de Estradas: Terras Indígenas Mococa, Apucaraninha e Barão de Antonina			Período: 07/2016 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Sem atividades previstas para a TI			
VI. B – Subprograma de Gestão de Resíduos Sólidos			
Projeto de reciclagem de resíduos sólidos	Atividade não iniciada		Aguarda-se encaminhamento para a atividade de resíduos sólidos do PBA-CI como um todo

TI LARANJINHA
EQUIPE TÉCNICA
Alvaro A. Russo Jr. (Téc. Humanas)
Noberto T. Doi (Eng. Agrônomo)

O trabalho iniciado nessa terra indígena no mês de fevereiro de 2017 ocorreu dentro de um contexto de ausência de profissional técnico em ciências humanas nos 5 meses anteriores a contratação do profissional que ocupa atualmente o cargo, fato esse que justifica o período de abrangência do plano operativo apresentado ser de apenas 5 meses, fevereiro2017/junho 2017.

O trabalho que se iniciou nesta TI em fevereiro de 2017 apoiou-se principalmente no diálogo com as lideranças indígenas através da instância legitimada para este fim dentro do PBA – CI denominada Comitê Gestor Local.

O primeiro semestre de 2017 foi caracterizado como um período de aceitação do novo profissional técnico de ciências humanas pelas lideranças e pela comunidade indígena da TI Laranjinha, cuja atuação dentro da terra indígena ficou submetida a uma autorização de caráter provisório por parte das lideranças desta comunidade devendo ser renovado após o período de 6 meses por meio de um novo parecer dessas lideranças.

Dentro desse contexto esboçado, o trabalho se inicia de forma cautelosa, procurando sempre esclarecer o papel desse profissional dentro do PBA – CI para a comunidade indígena através dos canais de diálogo previstos, para garantir uma atuação baseada na transparência e na circulação de informações entre o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul e a Terra Indígena Laranjinha.

PROGRAMA I – Programa de Articulação de Lideranças Indígenas, Execução, Gestão e Monitoramento do PBA.			TI LARANJINHA
I.A Subprograma de Gestão do PBA			Período: 02/2017 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Reuniões do Comitê Gestor Local	Atividade concluída	Atas de reuniões	Reuniões realizadas com frequência quinzenal
Diálogo permanente entre equipe técnica e lideranças/ funcionários indígenas	Atividade concluída		Foi mantido o diálogo permanente entre os envolvidos com o PBA-CI
Discussão, planejamento e monitoramento das ações	Atividade em andamento	Atas de reuniões	As ações foram planejadas junto ao CGL de acordo com as demandas prioritárias visto que não havia plano operativo prévio para o período
Procedimentos administrativos	Atividade concluída		Foram executados os procedimentos administrativos de responsabilidade do técnico de ciências humanas
Reuniões do CGG	Atividade concluída	Ata/memória, fotos, lista de presença	Foram realizadas duas reuniões do CGG (janeiro/2017 e agosto/2017)
I.B Subprograma de Articulação Interaldeã e Interinstitucional do PBA			
Reuniões interaldeãs	Atividade concluída	Atas do CIEP	Foram realizadas duas reuniões interaldeãs durante o primeiro semestre de 2017
I.C Subprograma de Intercâmbio			
Intercâmbio Cultural Acampamento Terra Livre - DF	Atividade concluída	Relatório, registros fotográficos	Atividade demandada pelo Conselho Indígena e por lideranças das TIs que compõem o PBA-CI, realizada com parte do recurso destinado para o Intercâmbio ao Acre.
Intercâmbio Cultural do dia do índio	Atividade concluída	Registros fotográficos	Festividade de Laranjinha contou com a participação das TI's Apucaraninha, Ywy Porã e Pinhalzinho.

PROGRAMA II – Apoio às atividades agropecuárias das comunidades indígenas			TI LARANJINHA
Subprograma II A (Agricultura) - Objetivo Geral			Período: 06/2016 à 06/2017
Atividades	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Safra 2016/2017	Concluída	Fotos	Atividade prevista no PBA - CI
Piscicultura	Concluída	Fotos	Atividade prevista no PBA - CI
Estufas	Em andamento	Fotos e documento (ATA – 06/11/2014)	Ação solicitada por substituição, troca de animais(gado de corte) por duas estufas de 1.000 m².
Participação das Feiras e Intercâmbio de Troca de Experiência	Concluída	Fotos	Atividade relacionada aos objetivos de produção de sementes
Oficina de Meliponicultura e Troca de Experiências com produtor indígena da TI São Jerônimo	Em andamento	Fotos	Atividade prevista no PBA –CI na capacitação conciliando os conhecimentos indígenas
Bovinocultura (gado de leite)	Não iniciada		Atividade prevista no PBA - CI
Avicultura	Não iniciada		Atividade prevista no PBA - CI

PROGRAMA III – Programa de Vigilância e Gestão Territorial			TI LARANJINHA
			Período: 02/2017 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Manutenção dos veículos de vigilância	Atividade concluída	Notas Fiscais, Termos de quitação	Manutenções dos veículos e cota de combustível referente ao período

PROGRAMA IV – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Proteção de Nascentes			TI LARANJINHA
			Período: 02/2017 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Não ocorreram atividades no período			

PROGRAMA V. Programa de Fomento à Cultura e Fomento às Atividades de Lazer			TI LARANJINHA
V. A - Subprograma de revitalização de conhecimentos e atividades indígenas tradicionais			Período: 02/2017 a 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Mapeamento e registro de conhecimentos tradicionais	Atividade em andamento		Ação iniciada em parceria com os pesquisadores indígenas porém está atualmente suspensa pelo desligamento desses
1ª oficina de Meliponicultura com turma Guarani Nhandeva	Atividade concluída	Registros audiovisuais e fotográficos, relatório e lista de presença.	A oficina contou com a participação das TIs Laranjinha e Pinhalzinho
V.B – Subprograma de apoio ao Artesanato			
Mapeamento dos artesãos	Atividade em andamento	Registros audiovisuais	O mapeamento dos artesãos foi realizado com apoio dos pesquisadores indígenas e como parte do diagnóstico inicial para construção das oficinas de artesanato
Construção da oficina de artes indígenas	Atividade em andamento	Atas de reuniões	A construção da oficina de artes indígenas encontra-se em estágio inicial com a realização de discussões com lideranças e artesãos para criação de uma proposta adequada

SAFRA 2016/2017

O início das atividades da safra 2016/2017 iniciou–se com a coleta de amostra de solo da área agrícola para realizar a análise química de fertilidade. A partir da interpretação dos resultados apresentados na análise, a equipe técnica iniciou os cálculos quantitativos para a adubação orgânica e aplicação de corretivos para o plantio de feijão.

A área total agrícola destinada para o plantio de feijão foi de 4 alqueires, sendo que o planejamento para o cultivo, foi em duas etapas. Dois alqueires foram plantados no período entre setembro a dezembro (período das águas) e dois alqueires entre os períodos de fevereiro a março (período das secas). Todos os insumos foram disponibilizados dentro do prazo estipulado, permitindo que operações de preparo de solo e aplicação de corretivos fossem realizadas dentro do período programado.

A semeadura do feijão foi a cultivar Campos Gerais.

Após plantio observou-se um boa germinação das sementes, boa emergência das plantas e um bom desenvolvimento vegetativo e reprodutivo. Neste período foi realizado periodicamente o monitoramento para o controle fitossanitário.

O controle do mato nas entrelinhas foi realizado com a capina manual (enxadas), as lideranças organizaram mutirões para a execução desta atividade. Mas o excesso de chuva dificultou o controle, ocasionando mato-competição, interferindo na produtividade estimada, no entanto as famílias da comunidade se prontificaram em realizar a colheita para autoconsumo.

Piscicultura
Em continuidade ao acompanhamento no manejo (alimentação, controle de qualidade de água e biometria) dos peixes (pacus e tilápias) nos tanques da piscicultura da TI Laranjinha realizado em abril de 2016 com total de 15.500 juvenis, sendo 14.000 de tilápias e 1.500 de pacus.

A despesca nos viveiros de tanques foi realizada através de mutirão organizada pelas lideranças juntamente com as famílias da comunidade. A produção foi partilhada com as famílias da terra indígena.

Estufas
As estufas de 1.000 m² e as estruturas externa (rede de energia elétrica, captação e reservatório de água) e interna (sistema de irrigação e estrutura de condução para o manejo) para o funcionamento da estufa estão finalizadas. Foram realizados o preparo de solo (montagem de canteiros), aplicação de corretivos e adubação orgânica.

Foi realizado semeadura das sementes de tomate em bandejas e estão em processo da formação das mudas. O procedimento seguinte será o transplante das mudas aos canteiros.

TI YWY PORÃ
EQUIPE TÉCNICA
Alvaro A. Russo Jr. (Téc. Humanas)
Noberto T. Doi (Eng. Agrônomo)

A primeira etapa do trabalho iniciado em fevereiro de 2017 nessa terra indígena foi justamente de levantar as principais demandas da comunidade que, junto com o mapeamento do cenário político e cultural local forneceram um panorama mais amplo do atual estado do PBA – CI nessa terra indígena. Por tratar-se de uma retomada relativamente antiga, por volta de 15 anos, as principais questões e demandas que se apresentam a essa comunidade possuem muitas especificidades que, de certa forma, contribuem para a configuração das prioridades dessa terra indígena em processo de demarcação do ponto de vista das ações do PBA - CI.

O principal instrumento de trabalho utilizado durante esse período de aproximação inicial a essa comunidade foram as reuniões periódicas do Comitê Gestor Local, responsável por canalizar as demandas da comunidade indígena e também para apresentar o ponto de vista do empreendedor dentro das ações do PBA – CI. Essa mediação recai, de forma óbvia, sobre o corpo técnico atuante nas terras indígenas através desse lugar de intersecção e mediação por ele ocupado.

PROGRAMA I – Programa de Articulação de Lideranças Indígenas, Execução, Gestão e Monitoramento do PBA.			TI YWY PORÃ
I.A Subprograma de Gestão do PBA			Período: 02/2017 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
nião Reuniões do Comitê Gestor Local	Atividade concluída	Atas de reuniões	Reuniões realizadas com frequência quinzenal
Diálogo permanente entre equipe técnica e lideranças/ funcionários indígenas	Atividade concluída		Foi mantido o diálogo permanente entre os envolvidos com o PBA-CI
Discussão, planejamento e monitoramento das ações	Atividade em andamento	Atas de reuniões	As ações foram planejadas junto ao CGL de acordo com as demandas prioritárias visto que não havia plano operativo prévio para o período
Procedimentos administrativos	Atividade concluída		Foram executados os procedimentos administrativos de responsabilidade do técnico de ciências humanas
Reuniões do CGG	Atividade concluída	Ata/memória, fotos, lista de presença	Foram realizadas duas reuniões do CGG (janeiro/2017 e agosto/2017)
I.B Subprograma de Articulação Interaldeã e Interinstitucional do PBA			
Reuniões interaldeãs	Atividade concluída	Atas do CIEP	Foram realizadas duas reuniões interaldeãs durante o primeiro semestre de 2017
I.C Subprograma de Intercâmbio			
Intercâmbio Cultural Acampamento Terra Livre - DF	Atividade concluída	Relatório, registros fotográficos	Atividade demandada pelo Conselho Indígena e por lideranças das TIs que compõem o PBA - CI, realizada com parte do recurso destinado para o Intercâmbio ao Acre.
Intercâmbio Cultural do dia do índio	Atividade concluída	Registros fotográficos	Festividade de Laranjinha contou com a participação das TI's Apucaraninha, Barão de Antonina e Pinhalzinho.

PROGRAMA II – Apoio às atividades agropecuárias das comunidades indígenas			TI YWY PORÃ
II.A Subprograma de Agricultura - Objetivo Geral			Período: 06/2016 à 06/2017
Atividades	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Plantios (milho/feijão e arroz)	Paralisada	Documento (ATA – 16/02/2016).	Atividade prevista no PBA –CI
Fruticultura e mudas diversas	Não iniciada		Atividade prevista no PBA –CI
Estufas	Em andamento	Fotos	Atividade prevista no PBA –CI
Participação das Feiras e Intercâmbio de Troca de Experiência	Concluída	Fotos	Atividade relacionada aos objetivos de produção de sementes
Suinocultura	Não iniciada		Atividade prevista no PBA –CI
Avicultura	Não iniciada		Atividade prevista no PBA –CI

PROGRAMA III – Programa de Vigilância e Gestão Territorial			TI YWY PORÃ
			Período: 02/2017 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Manutenção dos veículos de vigilância	Atividade Concluída	Notas Fiscais, Termos de quitação	Manutenções dos veículos e cota de combustível referente ao período

PROGRAMA IV – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Proteção de Nascentes			TI YWY PORÃ
			Período: 02/2017 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Não realizado nessa terra indígena			

PROGRAMA V. Programa de Fomento à Cultura e Fomento às Atividades de Lazer			TI YWY PORÃ
V. A - Subprograma de revitalização de conhecimentos e atividades indígenas tradicionais			Período: 02/2017 a 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Mapeamento e registro de conhecimentos tradicionais	Atividade em andamento	Registros audiovisuais	Ação iniciada em parceria com os pesquisadores indígenas, porém está atualmente suspensa pelo desligamento desses
V.B – Subprograma de apoio ao Artesanato			
Mapeamento dos artesãos	Atividade em andamento	Registros audiovisuais	O mapeamento dos artesãos foi realizado com apoio dos pesquisadores indígenas e como parte do diagnóstico inicial para construção das oficinas de artesanato
Construção da oficina de artes indígenas	Atividade em andamento	Atas de reuniões	A construção da oficina de artes indígenas encontra-se em estágio inicial com a realização de discussões com lideranças e artesãos para criação de uma proposta adequada

Estufa

A estrutura da estufa de 250 m², o sistema de abastecimento de água e o reservatório já estão instalados. Os materiais do sistema de irrigação já estão disponíveis para a montagem na Terra Indígena.

O primeiro preparo de solo da estufa, há a necessidade de ser realizado de forma mecanizada. Devido à aldeia Ywy Porã estar em processo de demarcação, há dificuldades de realizar a execução de algumas atividades que necessitam de trabalhos de prestadores de serviços.

TI PINHALZINHO
EQUIPE TÉCNICA
Alvaro A. Russo Jr. (Téc. Humanas)
Noberto T. Doi (Eng. Agrônomo)

A aceitação do técnico em ciências humanas pelas lideranças dessa comunidade foi um fator decisivo para a retomada das atividades do PBA – CI nessa terra indígena. Apesar do período de longa ausência de um profissional dessa área, que implicou em uma morosidade das ações em andamento entre outras questões levantadas pelas lideranças, a entrada em campo inicia-se por uma relação de mapeamento de mão-dupla onde o novo profissional é avaliado e testado pela comunidade assim como a própria comunidade e seu cenário político e cultural passam a ser objeto de mapeamento por parte desse profissional.

Esse mapeamento inicial tem por objetivo compreender não só a organização política e cultural local, mas também, como pano de fundo, compreender as transformações que o próprio PBA – CI desencadeou nessa estrutura através de novos arranjos que podem ou não ser situacionais. Compreender tais transformações trata-se de um desafio, sobretudo quando o processo em questão se encontra em curso há, no mínimo, 5 anos, e a demanda prioritária configura-se através da realização de ações diretas e concretas, e não discussões de ordem mais ampla que avaliem, em muitos casos, o próprio sentido dessas ações.

PROGRAMA I – Programa de Articulação de Lideranças Indígenas, Execução, Gestão e Monitoramento do PBA.			TI PINHALZINHO
I.A Subprograma de Gestão do PBA			**Período: 02/2017 à 06/2017**
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
nião Reuniões do Comitê Gestor Local	Atividade concluída	Atas de reuniões	Reuniões realizadas com frequência quinzenal
Diálogo permanente entre equipe técnica e lideranças/ funcionários indígenas	Atividade concluída		Foi mantido o diálogo permanente entre os envolvidos com o PBA-CI
Discussão, planejamento e monitoramento das ações	Atividade em andamento	Atas de reuniões	As ações foram planejadas junto ao CGL de acordo com as demandas prioritárias visto que não havia plano operativo prévio para o período
Procedimentos administrativos	Atividade concluída		Foram executados os procedimentos administrativos de responsabilidade do técnico de ciências humanas
Reuniões do CGG	Atividade concluída	Ata/memória, fotos, lista de presença	Foram realizadas duas reuniões do CGG (janeiro/2017 e agosto/2017)
I.B Subprograma de Articulação Interaldeã e Interinstitucional do PBA			
Reuniões interaldeãs	Atividade concluída	Atas do CIEP	Foram realizadas duas reuniões interaldeãs durante o primeiro semestre de 2017
I.C Subprograma de Intercâmbio			
Intercâmbio Cultural Acampamento Terra Livre - DF	Atividade concluída	Relatório, registros fotográficos	Atividade demandada pelo Conselho Indígena e por lideranças das TIs que compõem o PBA - CI, realizada com parte do recurso destinado para o Intercâmbio ao Acre.
Intercâmbio Cultural do dia do índio	Atividade concluída	Registros fotográficos	Festividade de Laranjinha contou com a participação das TI's Apucaraninha, Yvy Porã e Pinhalzinho.
Intercâmbio Cultural à Cooperafloresta	Atividade concluída	Registros fotográficos, relatórios	

PROGRAMA II – Apoio às atividades agropecuárias das comunidades indígenas			TI PINHALZINHO
II A Subprograma de Agricultura - Objetivo Geral			**Período: 06/2016 à 06/2017**
Atividades	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Safra 2016/2017 (Milho / Feijão / Arroz)	Concluída	Fotos	Atividade prevista no PBA - CI
Área de cultivos diversificados	Concluída	Fotos	Atividade prevista no PBA - CI
Café	Em andamento	Fotos e documento (documento - 06/12/2016)	Ação solicitada por substituição de parte prevista do cultivo de feijão e milho
Participação das Feiras e Intercâmbio de Troca de Experiência	Concluída	Fotos	Atividade relacionada aos objetivos de produção de sementes
Sistema Agroflorestal (SAF)	Em andamento	Fotos e documento (ATA – 31/10/2014)	Ação solicitada por substituição de plantio de eucalipto (madeiras) por frutíferas
Oficina de Meliponicultura e Troca de Experiências com criador indígena da TI São Jerônimo	Em andamento	Fotos	Atividade prevista no PBA –CI na capacitação conciliando os conhecimentos indígenas
Suinocultura	Não iniciada		Atividade prevista no PBA - CI
Avicultura	Não iniciada		Atividade prevista no PBA - CI
Caprinocultura	Não iniciada		Atividade prevista no PBA - CI

PROGRAMA III – Programa de Vigilância e Gestão Territorial			TI PINHALZINHO
			Período: 02/2017 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Manutenção dos veículos de vigilância	Atividade concluída	Notas Fiscais, Termos de quitação	Manutenções dos veículos e cota de combustível referente ao período

PROGRAMA IV – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Proteção de Nascentes			TI PINHALZINHO
			Período: 02/2017 à 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Não realizado nessa terra indígena			

PROGRAMA V. Programa de Fomento à Cultura e Fomento às Atividades de Lazer			TI PINHALZINHO
V. A - Subprograma de revitalização de conhecimentos e atividades indígenas tradicionais			Período: 02/2017 a 06/2017
Atividade	**Status**	**Indicadores**	**Observações gerais**
Mapeamento e registro de conhecimentos tradicionais	Atividade em andamento	Registros audiovisuais	Ação iniciada em parceria com os pesquisadores indígenas porém está atualmente suspensa pelo desligamento desses
1ª oficina de Meliponicultura com turma Guarani Nhandeva	Atividade concluída	Registros audiovisuais e fotográficos, relatório e lista de presença.	A oficina contou com a participação das TIs Laranjinha e Pinhalzinho
V.B – Subprograma de apoio ao Artesanato			
Mapeamento dos artesãos	Atividade em andamento	Registros audiovisuais	O mapeamento dos artesãos foi realizado com apoio dos pesquisadores indígenas e como parte do diagnóstico inicial para construção das oficinas de artesanato
Construção da oficina de artes indígenas	Atividade em andamento	Atas de reuniões	A construção da oficina de artes indígenas encontra-se em estágio inicial com a realização de discussões com lideranças e artesãos para criação de uma proposta adequada

SAFRA 2016/2017

O início das atividades da safra 2016/2017 iniciou–se com a coleta de amostra de solo da área agrícola para realizar a análise química de fertilidade. A partir da interpretação dos resultados apresentados na análise a equipe técnica iniciou os cálculos quantitativos para a adubação orgânica e aplicação de corretivos para o plantio de feijão e milho.

A área total agrícola de plantio de milho é de 9,68 alqueires, sendo 6,06 alqueires o plantio de milho, 3,07 alqueires plantio de feijão e 0,55 alqueire para o plantio de arroz.

As atividades operacionais agrícolas para o preparo de solo iniciaram na segunda quinzena de agosto de 2016 com a aplicação de corretivos, calcário e pó de basalto.

Cultivo de Milho

O plantio de milho ocorreu na primeira quinzena de outubro de 2016. A semeadura do milho foi a variedade cultivar IPR 164.

Durante o ciclo, desde a semeadura até o período de colheita o monitoramento das áreas agrícolas foi feito periodicamente. As etapas do acompanhamento foram os períodos da germinação das sementes, emergências das plantas, as fases do desenvolvimento da cultura (vegetativo e reprodutivo), manejo de controle de mato e pulverizações de insumos para o controle de doenças e pragas pelo método de manejo orgânico.

As famílias da comunidade realizaram colheita de milho verde para autoconsumo, e colheita de milho seco para alimentação de animais (gado de corte e leite) e aves (galinhas caipiras).

Cultivo de Feijão

O preparo de solo de aração e nivelamento nas áreas agrícolas e o plantio de feijão foi realizado na segunda quinzena de novembro.

Todas as atividades de monitoramento periódico mencionado para a cultura de milho, são realizado para a cultura de feijão.

A produção foi destinada para o autoconsumo das famílias e o excedente algumas famílias comercializaram em pequenas empresas beneficiadora da região.

Cultivo de Arroz

O plantio de arroz foi realizado na segunda quinzena de outubro de 2016.

O plantio foi realizado em área familiar no Núcleo Sede, de acordo com o conhecimento e experiência da família.

A família realizou a colheita, parte da produção é para o autoconsumo e parte para sementes para o plantio da safra seguinte.

Áreas de cultivos diversificados:

O sistema de cultivo diversificado é realizado em áreas familiares, o método de implantação das culturas é da forma com o conhecimento indígena. Na área familiar do cacique, sr. Sebastião Alves, várias culturas são plantadas simultaneamente.

Nesta área há o plantio de bananas, e nas entrelinhas o cultivo de feijão, milho, arroz, mandioca, abóbora, pepino, quiabo e porungas.

A produção é destinado a autoconsumo familiar e distribuição para as famílias da comunidade.

Este método de trabalho motivou outras famílias a adotar a diversificação de plantios.

Café

A implantação da cultura não estava previsto no PBA, foi solicitado através da substituição de parte do plantio da cultura anual de milho e feijão, por mudas de café. Esta solicitação foi a partir do CGL da TI.

Por se tratar de uma cultura permanente, possibilita que a atividade seja conduzida pela família por um longo período. E também a continuidade da diversificação de culturas na área familiar.

As mudas de café disponibilizada para a implantação são as variedades IPR 98 e IPR 107, são cultivares recomendadas para o sistema de cultivo de manejo orgânico. São resistentes principalmente a ferrugem que é uma das principais doenças no cultivo do café.

SISTEMA AGROFLORESTAL (SAF)
As atividades do SAF na área da escola da Terra Indígena vem sendo realizada com a iniciativa e participação dos alunos, professores, direção e coordenação indígena. A equipe técnica e os contratados indígenas do PBA -CI ficam no apoio para atender a demanda de solicitações referente às mudas diversas, sementes de adubação verde e quando solicitado às orientações técnicas.

7.2. Análise da equipe técnica agronômica e de ciências humanas

Técnicos:
Álvaro Antônio Russo Júnior
Diego Campos Arruda Rodrigues
Maicon Fernando Marcante
Edinei de Almeida

O PBA-CI Mauá parte de uma notória divergência entre as lógicas e práticas das empresas estatais frente às lógicas e práticas das comunidades indígenas. O desafio inicialmente posto à execução do PBA-CI foi de estabelecer e consolidar o diálogo permanente e vínculos de respeito, colaboração e confiança entre as equipes técnicas de campo e as comunidades impactadas. O início da execução nas TIs ocorreu entre os meses de junho e julho de 2012 com a apresentação dos técnicos às oito comunidades indígenas envolvidas. Foram inúmeras as manifestações das comunidades em reconhecer as equipes locais como mediadores fundamentais para o desenvolvimento das ações e intermediação com os gestores do consórcio.

A estrutura administrativa ficou subdividida em um escritório no município de Londrina focado às atividades do Programa e na cidade de Curitiba opera um escritório compartilhado com outras

áreas administrativas do empreendedor. A gestão administrativa segue os padrões e normatização das Estatais. Fato que estabelece um ritmo próprio aos processos de compra e contratação de serviços e por vezes diverge da temporalidade das ações e anseios dos indígenas. São 70 pessoas atuando diretamente para a implementação das ações do PBA-CI 12 profissionais não indígenas e 58 profissionais indígenas. Além dos prestadores de serviço e consultores que atuam pontualmente em diversas ações. A gestão realizada nas TIs ocorre através dos Comitês Gestores Locais – composto por técnicos de campo e lideranças e funcionários indígenas de cada TI –, os quais constituem importante espaço de participação dos indígenas e se configuram como instância legítima de discussões, planejamentos, monitoramentos, registros e encaminhamentos. Neste sentido a atuação dos CGLs – com suas deliberações e decorrentes encaminhamentos firmados em Ata – estrutura a própria metodologia de execução do PBA, por meio da qual almeja-se assegurar ampla participação e protagonismo indígenas na condução das ações através de discussões amplas, definições, adequações, propostas de substituição, organização do maquinário/veículos, do trabalho dos funcionários indígenas etc. Os Comitês Gestores Locais têm servido como principal canal de comunicação e, sobretudo, funcionando como base metodológica para construção coletiva e participativa das ações dentro das TIs.

Para questões de maior amplitude ou que escapem ao escopo de ação dos CGLs foi criado o Comitê Gestor Geral. Os CGLs inicialmente mediaram os ajustes das expectativas e responsabilidades entre as partes envolvidas no processo, papel de suma importância e que contribuiu para consolidar sua eficácia como canal de comunicação, que nesta etapa de avaliação após cinco anos de execução continua a possuir sua legitimidade de forma inconteste fazendo-se imprescindível recorrer ao seu papel mediador na construção da continuidade das ações.

A safra foi a primeira ação de grande porte realizada pelo PBA-CI e sua implantação nos primeiros meses de execução revelou-se de fundamental importância para o processo. A realidade objetiva apresentava uma estrutura administrativa e a inserção técnica nas comunidades ainda incipientes. Além de que os maquinários e implementos agrícolas previstos não haviam sido adquiridos, a estrutura física para armazenagem de insumos era mínima e as áreas agrícolas estavam em situação desfavorável à agricultura. Entretanto, as comunidades manifestavam à equipe técnica que a safra era uma prioridade, com grande demanda por parte das famílias indígenas, e, diante disto, avaliou-se a ação como urgente e imprescindível naquele momento.

A decisão foi importante tanto pela produção agrícola de aproximadamente 340 hectares cultivados no sistema orgânico de produção naquele ano, obtendo, entre outros resultados positivos, a produção de alimentos de qualidade e marcando o início da transição para método orgânico de agricultura. A safra produziu também efeitos indiretos mas que contribuíram para o amadurecimento do processo como um todo, entre os quais destacam-se a inserção das equipes técnicas nas TIs, a legitimação dos Comitês Gestores Locais enquanto instância de decisão, a criação de uma estrutura e uma rotina administrativas, o estabelecimento da relação conjunta e participativa de planejamento e execução das ações envolvendo equipes indígenas e técnicas e o incremento do interesse dos indígenas por cursos de capacitação.

Cabe ressaltar ainda que de forma geral o Programa de Apoio às Atividades Agropecuárias – particularmente a safra de cereais e demais produções expressivas, bem como maquinários e estruturas agrícolas – compreende as principais demandas apresentadas pelos CGLs, refletindo anseios das próprias famílias indígenas. De fato este constitui-se como o programa mais robusto do PBA-CI em decorrência do processo de construção coletiva deste último, incorporando as demandas indígenas apresentadas nas oficinas participativas de elaboração realizadas no segundo semestre de 2010.

O primeiro ano do PBA-CI foi intenso em dar suporte ao desenvolvimento das demais ações. Houve um grande empenho nas ações de infraestrutura de maquinários agrícolas, implementos, veículos e construções civis. Os processos foram conduzidos através de Consulta de Preços, no formato de pregão presencial, de forma irrestrita para todos os itens. O modelo mostrou-se eficaz em relação aos dois primeiros itens, no entanto, em relação às construções civis ocorreram diversas dificuldades. Há problemas pontuais em relação a qualidade dos serviços executados e dificuldades que desencadearam a rescisão de contratos acumulando pendências até o momento atual.

Naquele momento desenvolveu-se de forma mais intensa o processo de estruturação administrativa que incluiu os escritórios de Curitiba e Londrina e as equipes técnicas e indígenas, incluindo aspectos como a regularização dos CNPJs das Associações Indígenas, a contratação dos funcionários indígenas previstos e o estabelecimento de procedimentos administrativos como a dinâmica dos termos de quitação, solicitações de reembolso, entre outros. Tal estruturação

exigiu esforços conjuntos e possibilitou o suporte necessário para desenvolver as ações no período subsequente do PBA-CI.

Com a entrega de veículos, maquinários, implementos e construções um dos desafios passou a ser das próprias comunidades, em certa medida compartilhado com os técnicos de campo, através da necessidade de se estabelecer formas de gestão dos processos que envolvem bens materiais nas TIs. Os custos de manutenção de veículos e maquinários de modo geral são elevados. Tal fato deve-se em parte ao uso severo ao qual são submetidos esses equipamentos, além de fatores adversos como as péssimas condições das estradas rurais etc. O tema segue como um grande desafio para a autogestão, fazendo-se imprescindível uma vez que a demanda nas TIs por essas máquinas é significativa.

Há uma importante frente de oficinas de capacitação que iniciou-se nos primeiros meses de execução do PBA-CI e vem colaborando com diversas ações nas TIs. São cursos na área agrícola tais como: operação de implementos agrícolas, trabalhador na agricultura orgânica, curso de semente crioula, sistema global de navegação por satélite (GNSS – GPS), derivados de leite, curso de doma racional de equinos, curso de produção de mudas nativas, curso de meliponicultura (abelhas nativas), curso de derivados de mandioca, cartografia social, curso de piscicultura entre outros. Na área de artesanato, diversos cursos foram realizados para promover e diversificar o artesanato já existente e requerido pelos indígenas. Na área de gestão cursos de informática foram ofertados por sua importância na apropriação dos processos desencadeados pelo PBA-CI. Destaca-se também a realização dos cursos previstos para obtenção de Carteira Nacional de Habilitação com expressivo aproveitamento pelos indígenas, mas também com dificuldades e desistências em parte dos cursos.

No segundo ano de execução do PBA-CI foram iniciadas as ações de intercâmbio cultural. O primeiro demandado pela Sra. Gilda Kuita teve como objetivo realizar uma visita focada na participação das indígenas das TIs envolvidas no PBA-CI à TI Guarita para conhecer a organização e as ações da Associação de Produtores Orgânicos Sustentáveis da Terra Indígena Guarita no município de Tenente Portela/RS. O intuito foi de compreender a forma de organização das indígenas da TI Guarita (construção de estatuto, compatibilização das demandas produtivas com as atividades cotidianas e organização e formas de comercialização coletiva dos produtos) e permitir a troca de experiências entre as TIs envolvidas no PBA-CI. A experiência de lá narra a

situação de uma organização repleta de dividas que conseguiu contornar o quadro e hoje acessam recursos de fontes importantes como, por exemplo, os advindos de programas de fomento cultural da Petrobras.

Em seguida, contando com a demanda e a organização de lideranças da TI Laranjinha, foi realizado intercâmbio para valorização de saberes tradicionais junto à Terra Indígena Ywyty Guaçu, município de Ubatuba/SP. Esta foi outra importante experiência, realizada em parceria com a EMATER, e teve como objetivo conhecer os aspectos culturais da comunidade da TI Ywyty Guaçu, a qual possui um forte apego à língua Guarani, costumes, práticas e rituais indígenas, além de organização social e política diferenciada. Nesta TI ações como construções de espaços tradicionais e valorização de aspectos arquitetônicos indígenas dão visibilidade à comunidade. A TI Ywyty Guaçu também possui experiência na produção de material áudio visual, na produção agroflorestal de alimentos e no mapeamento e monitoramento dos limites e nascentes da TI. Tais ações produtivas, culturais e de gestão territorial estão diretamente relacionadas aos propósitos do PBA-CI e promovem experiências bem sucedidas que qualificam os envolvidos a pensar sua própria realidade.

Relativamente à produção agrícola cabe ressaltar que o cultivo de milho, feijão e arroz (cultivos anuais) previstos no PBA-CI foi de forma geral[3] a frente de trabalho que mais avançou em relação à realização do quantitativo previsto. A produção de alimentos de alta qualidade[4] destes três cultivos foi significativa em relação à demanda de autoconsumo das famílias destas comunidades tendo um resultado muito positivo neste sentido. Este fato tem ainda maior relevância considerando transformações recentes nos costumes tradicionais na alimentação e na qualidade dos alimentos, influenciada pelos alimentos distribuídos pelas políticas e ações de transferência de renda, que foram implementadas de forma desconectada de outras políticas públicas que permitam a superação da escassez de alimentos de qualidade de forma autônoma. A adoção do hábito de consumo de alimentos industrializados também contribui no sentido da redução da qualidade da alimentação.

O sistema produtivo dos cultivos anuais foi implementado em sua maior escala baseado na agricultura orgânica de substituição de insumos. Este sistema apresenta um avanço em relação

[3] Nos casos das Terras Indígenas Mococa e Ywy Porã o plantio de cultivos anuais dependem da aquisição das terras previstas no PBA – CI que não ocorreu até o momento e por isso avançaram pouco do ponto de vista quantitativo.
[4] Alimentos de alta qualidade biológica e sem resíduos de agrotóxicos utilizados nos sistemas produtivos convencionais.

ao sistema convencional que utiliza adubos minerais de alta solubilidade (adubos químicos) e agrotóxicos principalmente pela redução da poluição do agroecossistema e pelos alimentos não apresentarem resíduos dos agrotóxicos aplicados no sistema produtivo. Entretanto, este sistema mantém a dependência em relação aos insumos, energia e conhecimento externos. Os insumos utilizados são produtos prontos e os indígenas dependem de adquiri-los novamente todo ano.

Este sistema também precisa que parte da renda gerada na produção agrícola seja poupada para a aquisição de fertilizantes, corretivos, sementes e produtos fitossanitários orgânicos para o próximo ciclo agrícola. Este recurso de forma geral não tem sido reservado e antes que os quantitativos das áreas agrícolas previstas sejam finalizadas é importante construir uma estratégia de transição para que ocorra a continuidade do sistema de produção.

A mecanização agrícola tem como importantes pontos positivos a redução da penosidade e aumento da produtividade do trabalho. Entretanto, a mecanização agrícola também necessita que parte da renda gerada na produção agrícola seja poupada para o pagamento do óleo diesel, manutenção e depreciação do maquinário agrícola. Este recurso de forma geral também não tem sido reservado, na mesma lógica dos insumos também é importante a construção de uma estratégia de transição. Outra questão para reflexão é que o dimensionamento da estrutura da mecanização agrícola atual exige gestão e tomadas de decisão centralizadas. É importante relacionar esta estrutura centralizada com a estrutura social e de tomadas de decisão nas comunidades baseada nos núcleos familiares, onde pode existir maior organicidade na gestão dos sistemas produtivos agrícolas.

Portanto, as limitações da agricultura orgânica de substituição de insumos e da lógica das capacitações baseadas na transferência de tecnologia da extensão rural convencional, que apresenta limitações na agricultura familiar, apresentam limitações maiores ainda no caso do trabalho com os indígenas. Situando-se no polo oposto aos pressupostos fundadores das abordagens difusionistas de transferência de tecnologia, a agroecologia se desenvolveu como ciência a partir da constatação da existência de sofisticadas racionalidades ecológicas em agriculturas camponesas e dos povos tradicionais. Assim como nos sistemas agrícolas tradicionais, a agroecologia aproveita os recursos da natureza localmente disponíveis para desenvolver agriculturas que assegurem produções estáveis e satisfatórias para atender as

necessidades econômicas das famílias agricultoras e que, ao mesmo tempo, possuam elevada capacidade de se auto reproduzir técnica, cultural e ecologicamente.

A partir desta nova compreensão sobre as estratégias da agricultura camponesa e tradicional, a agroecologia se desenvolveu rompendo com o positivismo lógico que desconhece a validades dos conhecimentos que não sejam produzidos pelo método científico. Com efeito, a construção do conhecimento agroecológico se faz mediante a revalorização das sabedorias locais sobre o uso e manejo dos recursos naturais e sua integração como os saberes de origem acadêmica (ANA, 2007)[6]. O trabalho nas Terras Indígenas tendo como referência de método da construção do conhecimento na agroecologia, mesmo esta sendo essencialmente crítica, ainda representa um grande desafio considerando a relação intercultural e todas as distorções criadas na relação destas comunidades com o estado e a sociedade no entorno. Neste contexto, é importante considerar a relação entre os princípios da agroecologia com a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e sua importância para as Terras Indígenas.

Neste sentido a produção mecanizada de cereais impõe desafios à execução do PBA-CI e, de forma mais ampla, à produção de alimentos pelas comunidades indígenas. Diante disso foram realizadas diversas reflexões e discussões no âmbito dos CGLs – envolvendo técnicos de campo, lideranças e funcionários indígenas – buscando construir alternativas para diversificação da produção agrícola. Tais reflexões, permanente realizadas até o presente momento, compreendem aspectos como a dinâmica familiar das comunidades, dados etnográficos das Terras Indígenas, aproveitamento dos quintais familiares, melhoria e ampliação da variedade de alimentos, implementação de culturas perenes, geração de renda familiar e comunitária, mercado consumidor etc.

Como decorrência destas discussões realizadas pelos CGLs a diversificação da produção agrícola avançou a partir do segundo ano através da inserção de culturas como mandioca, café, abóbora, hortas e outros cultivos de menor escala, de acordo com as demandas de cada TI. Estas atividades executadas no âmbito familiar possuem grande potencial, considerando a autonomia na gestão dos sistemas produtivos. A baixa dependência de insumos externos e estruturas centralizadas de mecanização agrícola associadas a culturas de maior retorno financeiro por área possui um bom potencial de geração de renda monetária e não monetária. A diversificação dos

cultivos, além de fornecer uma maior diversidade de alimentos de qualidade para o autoconsumo, tem o potencial de comercialização de excedentes em cadeias locais. Estas ações visam o fortalecimento das comunidades no sentido de promover a segurança alimentar das comunidades e a autonomia da produção de alimentos e renda nas Terras Indígenas.

O Programa de Vigilância e Gestão Territorial teve início com a entrega de veículos e contratação de equipes indígenas, dando maior respaldo para as ações de vigilância territorial que ocorriam nas TIs e fortalecendo uma ação de extrema importância para as Terras Indígenas. A vigilância das TIs – compreendendo monitoramento de áreas de preservação, de rios e divisas, prevenção e controle de incêndios, controle da entrada de não indígenas na comunidade, entre outras ações – conta com o trabalho dos agentes ambientais contratados e a utilização das motos adquiridas, além das cotas de combustível previstas no PBA-CI. Ressalta-se a importância desta ação devido ao contexto de vulnerabilidade em que se encontram as TIs do norte do Paraná, compreendendo principalmente o trabalho desenvolvido pelos agentes ambientais contratados pelo PBA-CI.

À rotina de vigilância das TIs soma-se a participação de lideranças indígenas e da coordenação do PBA-CI em cursos de formação da Política Nacional de Gestão Ambiental (PNGATI) – referente ao Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) – importante matriz conceitual para a construção do Programa de Vigilância e Gestão Territorial.

Em relação ao Programa de Recuperação de Áreas Degradas e Proteção de Nascentes ocorreu neste período a contratação de dois profissionais, o primeiro, por limitações logísticas, foi orientado pela coordenação geral do PBA-CI a iniciar as atividades por uma Terra Indígena para posteriormente serem estendidas às demais. No entanto, o profissional acabou saindo e a ação não teve continuidade.

O terceiro ano de execução do PBA-CI foi marcado fundamentalmente pela ênfase na diversificação da produção agrícola, pelo avanço nas construções civis e pela ampliação do fomento às atividades culturais das TIs. No âmbito do Programa de Apoio às Atividades Agropecuárias a produção de cereais – milho, feijão e arroz – seguiu como a principal atividade em desenvolvimento, particularmente após os resultados positivos alcançados na safra 2013/2014. Como destacado acima a safra anual compreende expressiva demanda apresentada por grande parte das famílias indígenas junto às lideranças e aos CGLs em decorrência de sua

importância na alimentação doméstica e no trato de criações. Em ciclos abundantes os grãos, especialmente o feijão, possibilitam alguma comercialização em escala bastante reduzida, porém significativa para famílias com fontes de renda escassas.

Entretanto, naquele momento evidenciavam-se as dificuldades e limitações da produção de grãos e os CGLs passaram a discutir com maior intensidade a diversificação da produção agrícola visando à ampliação da variedade de alimentos para as famílias indígenas e à geração de renda familiar e também comunitária. São exemplos destas iniciativas as atividades de cafeicultura e horticultura familiar nas TIs Barão de Antonina e São Jerônimo, piscicultura na TI Laranjinha, produções no sistema agroflorestal na TI Apucaraninha, apicultura na TI Mococa, bovinocultura na TI Barão de Antonina, entre outras.

Conforme destacado acima, relevante ressaltar que tais atividades foram discutidas e construídas pelo CGL de cada Terra Indígena, considerando aspectos fundamentais como demanda e perfil das famílias indígenas, adaptabilidade às características climáticas e de solo, adequações quanto ao volume de trabalho demandado e, no caso de produções voltadas à comercialização, mercado consumidor local e/ou regional e potencialidade para comercialização em pequena e média escalas. A maioria das atividades citadas contou também com a organização de cursos de capacitação para as famílias interessadas.

Após dificuldades enfrentadas com empresas contratadas para executar as construções civis, no terceiro ano de execução ocorreu avanço significativo em grande parte das construções previstas no PBA-CI. Em algumas TIs foi concluída a estruturação compreendendo barracão de insumos, garagem de maquinário e escritório. Em parte as obras realizadas apresentam condições satisfatórias e avaliação positiva das respectivas comunidades. Por outro lado, em alguns casos determinadas construções apresentam problemas até o presente momento.
Cabe destacar ainda a condução de parte das obras de infraestrutura previstas no Subprograma 6.A. Na TI Barão de Antonina a reforma da estrada da aldeia do Cedro foi encaminhada após muitas discussões compreendendo lideranças indígenas, técnicos de campo, CECS e agentes públicos. No quinto ano de execução a empresa contratada finalizou o trabalho de reforma em 2,3 km da referida estrada.

Desde o primeiro ano de execução do PBA-CI foi disponibilizado o fundo anual de festividades conforme previsão. Em geral o recurso foi empregado nas festividades de comemoração do Abril Indígena. Com mais intensidade a partir do terceiro ano ampliou-se o fomento a atividades culturais diversas como mostras e apresentações culturais, feiras de sementes, atividades esportivas etc. Destacam-se aqui a Feira de Sementes Crioulas da TI Pinhalzinho, a Mostra Cultural Guarani-Ñandeva das TIs Laranjinha, Ywy Porã e Pinhalzinho e a festividade do Emi da TI Barão de Antonina. Ressalta-se ainda a disponibilização de recurso para alimentação e transporte para eventos culturais e atividades esportivas das TIs, bem como para a comercialização de artesanato. Importante frisar que o fomento a estas atividades é de grande valia para as comunidades indígenas e demanda recursos relativamente reduzidos para o PBA-CI.

Adentrando no quarto ano de execução do PBA-CI destaca-se o início efetivo das atividades do Programa de Recuperação de Áreas Degradas nas TIs Pinhalzinho, Apucaraninha e Barão de Antonina, bem como das capacitações audiovisuais do Programa de Fomento à Cultura e às Atividades de Lazer. A contratação de uma engenheira florestal para o Programa 4 possibilitou o início efetivo das ações neste programa, sobretudo com o diagnóstico de áreas degradadas e o planejamento para instalação do viveiro de produção de mudas nativas.

Na TI Pinhalzinho destacou-se o trabalho de constituição de modelo de sistemas agroflorestais realizado junto à escola da comunidade com efetiva participação de professores e alunos, além de contatos e ações pontuais para diversificação de quintais familiares. Na TI Barão de Antonina foi iniciada a identificação de nascentes de água e áreas degradadas para recomposição, incluindo reservas de taquara para produção de artesanato. Foi iniciado ainda trabalho de reconstituição e enriquecimento da vegetação no espaço cultural da Oca, seguindo demanda apresentada pelas lideranças indígenas, bem como a identificação de famílias com perfil e interesse pela diversificação de quintal.

O trabalho realizado pela engenheira florestal estruturou-se metodologicamente na construção do conhecimento baseado na vivência das experiências de campo e no diálogo. Desta forma, a participação dos indígenas construiu um forte sentimento de pertencimento e autonomia na continuidade das ações. A continuidade de forma autônoma do trabalho nos quintais das famílias em Apucaraninha e o trabalho de educação realizado pela escola de Pinhalzinho na área de SAF, gerenciada pela própria escola, e a capilarização destas ações para os quintais familiares a partir

da experiência das crianças são resultados positivos destas ações. Na TI Barão de Antonina o trabalho da engenheira florestal compreendeu também o planejamento e o encaminhamento para a construção do viveiro de mudas nativas previsto no programa, partindo da construção coletiva da proposta no âmbito do CGL em articulação com a horta comunitária prevista no Programa de Apoio às Atividades Agropecuárias da TI.

Cabe ressaltar as parcerias realizadas pela equipe técnica – incluindo a engenheira florestal – para obtenção de mudas nativas junto ao viveiro municipal de Assaí/PR e da Universidade Estadual de Londrina. Através destas parcerias foi possível disponibilizar quantidade expressiva de mudas nativas para auxiliar no trabalho de recomposição de áreas degradadas, SAFs e para a diversificação de quintais familiares. As atividades citadas apresentaram resultados positivos, ainda que incipientes, e principalmente apontaram caminhos fecundos para a efetiva execução do Programa 4. Porém, em meados de 2016 a engenheira florestal contratada não pôde continuar atuando no PBA-CI e parte do trabalho iniciado não teve continuidade.

Em julho de 2015 iniciou-se a atividade de produção audiovisual com uma capacitação específica de noções básicas para utilização de máquina filmadora envolvendo as oito TIs e realizada na TI Apucarananinha. Os indígenas participantes revelaram grande interesse pela atividade e mostraram-se motivados para a sequência das capacitações. Nos meses de agosto e setembro foi realizada capacitação voltada a noções básicas de roteiro com indígenas da etnia Katukina especialistas na produção audiovisual.

Seguiram-se atividades complementares internas em cada TI que possibilitaram a realização de registros de atividades diversas como festividades, reuniões, atividades esportivas, elementos culturais etc. Especificamente na TI Apucarananinha deu-se continuidade ao processo de capacitação dos indígenas envolvidos com a contratação de empresa especializada, estando em vias de finalizar a edição de um documentário que figura entre os objetivos do programa. Nas demais TIs as capacitações audiovisuais não tiveram continuidade.

A segunda metade do quarto ano do PBA-CI, após a reunião do Comitê Gestor Geral de dezembro de 2015, foi marcada por mudanças significativas na composição da equipe técnica. Acima foi mencionado que a engenheira florestal contratada para o Programa 4 não pôde continuar atuando no PBA-CI, implicando na paralisação de parte das atividades de recuperação

de áreas degradadas e diversificação de quintais. De forma mais estrutural o coordenador geral Paulo Góes – que exercia ainda a coordenação antropológica – também desligou-se do PBA-CI, fato que culminou em um período de alguns meses de execução dos programas sem o acompanhamento de uma coordenação antropológica.

O quinto ano foi marcado por um conjunto de divergências entre indígenas e empreendedor. Para suprir a ausência de um antropólogo no papel de coordenador houve a indicação de nova coordenação antropológica, no entanto, tal indicação encontrou resistência por parte do conselho indígena e de lideranças das TIs. Aspecto esse que somado a inquietação das comunidades em relação à continuidade do PBA-CI após o quinto ano de execução e o desligamento de um técnico de humanas acarretou na realização de reuniões junto aos MPF com o objetivo de se encontrar um entendimento para esse cenário de transição. Nesse ponto tornou-se evidente a necessidade de qualificar a comunicação de forma a atenuar os desgastes por ruídos causados por falta de informação ou informações que não circulam de forma adequada. Há de se construir procedimentos que deem maior transparência ao processo e estabeleçam maior eficiência na comunicação.

Visando um melhor encaminhamento das ações foi requerido aos comitês gestores locais a construção de planos operativos a serem apresentados em reunião do CGG. A proposta facilita o monitoramento das ações por parte dos comitês locais, bem como dos órgãos de fiscalização e monitoramento do PBA-CI. Entretanto, ainda persistia em meados de janeiro a expectativa quanto à continuidade dos trabalhos do PBA-CI. Outras reivindicações surgem, com destaque para a manutenção de veículos e a anuência das comunidades indígenas para admissão por período probatório do coordenador antropológico e do novo técnico de humanas para as TIs Laranjinha, Pinhalzinho e Ywy Porã. O CGG avançou com a apresentação da forma com que a FUNAI realizará a avaliação dos trabalhos do PBA-CI e no estabelecimento de uma agenda de visitas para a auditoria. Entretanto, a avaliação ocorreu de forma parcial por limitações administrativas da FUNAI. Na reunião do CGG de janeiro de 2017 os planejamentos semestrais das TIs foram apresentados, dinâmica que contribuiu para fornecer a visão mais geral do PBA-CI que estava sendo exigida naquele momento.

Embora previsto nos planos operativos não avançou a construção de um plano de continuidade junto as TIs, aspecto que novamente desencadeia sucessivos questionamentos quanto ao

encerramento do PBA. Aspecto potencializado com uma série de orientações de não iniciar atividades e contratos novos para o período posterior a julho de 2017, bem como pela interrupção nas manutenções dos veículos.

Considerando os aspectos destacados o presente momento caracteriza-se pela incerteza em relação à forma de continuidade do PBA-CI. Assegura-se que as atividades e ações previstas serão integralmente executadas, porém tanto empreendedor quanto comunidades indígenas mantêm dúvidas e incertezas relativas à forma pela qual o processo continuará, bem como sobre o entendimento de aspectos específicos do PBA-CI. O contexto atual de incerteza – incluindo divergência de entendimentos e interpretações sobre o PBA-CI – reclama o acompanhamento detido do processo por parte das instituições envolvidas. Inclui-se aqui a conclusão da avaliação da FUNAI ao cabo dos cinco anos iniciais de execução, conforme previsão do próprio PBA-CI. Tal avaliação é fundamental para orientar as discussões em curso sobre a continuidade dos programas e suas ações.

Neste período delicado do processo – com a conclusão dos cincos anos iniciais de execução do PBA-CI – faz-se necessário encaminhar as discussões com a máxima transparência possível, privilegiando o âmbito do Comitê Gestor Geral como instância adequada para tal, de forma a construir propostas coletivas e participativas para a continuidade dos programas. É neste contexto crítico de encerramento do período inicial de cinco anos que se inserem as contribuições da equipe técnica contidas no capítulo 7 do presente documento, com destaque às recomendações e orientações técnicas que seguem abaixo.

7.3. Recomendações e orientações técnicas:

No decorrer de 5 anos de execução dos programas do PBA-CI nas Terras Indígenas, a equipe técnica acumulou uma experiência em grande parte oriunda das discussões ocorridas no âmbito dos Comitês Gestores Locais, bem como da execução das ações propriamente ditas. Acrescenta-se a isso a sensibilidade e a experiência etnográfica adquiridas pela equipe técnica através dos vínculos de proximidade com as comunidades e das relações pessoais estabelecidas no decorrer de um período prolongado de campo nas terras indígenas.

Por outro lado, os técnicos envolvidos com a execução do PBA-CI acompanharam ainda as reuniões e discussões no âmbito institucional, compreendendo FUNAI e MPF, e também junto ao empreendedor. O trabalho técnico desenvolvido – por vezes trabalho de mediação entre partes e entendimentos divergentes – orienta-se pela regulamentação dos processos de Licenciamento Ambiental que incluem Componente Indígena, tendo como horizonte a execução deste PBA-CI especificamente. Buscando o entendimento mútuo e a construção coletiva entre as partes envolvidas, empreendedor e comunidades impactadas, o trabalho da equipe consultora compreende fornecer os meios técnicos para a execução satisfatória dos programas e subprogramas previstos.

Neste contexto de mediação orientada por princípios técnicos a equipe consultora apresenta, na presente seção, recomendações e orientações técnicas para a continuidade do PBA-CI, as quais decorrem da experiência de execução e dos dados etnográficos apresentados nos relatórios executivos, bem como da análise crítica exposta acima.

- CONCLUIR A AVALIAÇÃO OU AUDITORIA DA FUNAI REFERENTE AO PERÍODO DE CINCO ANOS DE EXECUÇÃO DO PBA-CI:

A conclusão da avaliação ou auditoria da FUNAI, relativa ao período de cinco anos de execução, é fundamental e imprescindível para orientar as discussões sobre a continuidade do PBA-CI. As partes envolvidas – tanto empreendedor quanto comunidades impactadas – necessitam desta avaliação institucional aceca do andamento dos programas e ações para nortear as discussões e estabelecer critérios para resoluções sobre a continuidade do processo.

- FORTALECIMENTO DO COMITÊ GESTOR GERAL COMO INSTÂNCIA ADEQUADA PARA DELIBERAÇÕES SOBRE A CONTINUIDADE DO PBA-CI:

O processo de discussão relativo à continuidade do PBA-CI da UHE Mauá, após o período inicial de cinco anos, compreende interesses e entendimentos divergentes e carrega a tensão própria do Licenciamento Ambiental de grandes empreendimentos que impactam territórios e povos indígenas. Considerando este momento delicado do processo recomenda-se o fortalecimento do

Comitê Gestor Geral enquanto instância legítima para alinhar os entendimentos e acordos necessários à continuidade do PBA-CI. Ressalta-se a importância das reuniões do CGG contarem com a presença de todas as partes e instituições envolvidas – CECS, Terras Indígenas, Conselho Indígena, FUNAI (CTL Londrina, CTL São Jerônimo da Serra e CGLic) e MPF.

- CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS PROPOSTAS PARA CONTINUIDADE DO PBA-CI:

Para a construção da continuidade do PBA-CI após o período inicial, consonante à Informação Técnica nº 80/2017/COMCA/CGLIC/DPDS-FUNAI, a equipe técnica do PBA-CI reitera a necessidade de construção coletiva – incluindo participação de lideranças indígenas nas discussões sobre qualquer eventual alteração no andamento e forma de execução das ações – de propostas de medidas corretivas e ajustes visando à qualificação das ações executadas e considerando os interesses das partes envolvidas – comunidades indígenas e empreendedor. As eventuais modificações ou adequações propostas devem almejar a melhoria do processo como um todo e a superação das dificuldades verificadas tanto pelo empreendedor quanto pelas comunidades indígenas.

- CIRCULAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E DOS DOCUMENTOS (MEMÓRIAS/ ATAS) DAS REUNIÕES RELATIVAS AO PBA-CI REALIZADAS EM QUAISQUER INSTÂNCIAS PÚBLICAS (FUNAI/DF, MPF ETC.), PRINCIPALMENTE PARA LIDERANÇAS INDÍGENAS E CGLs:

Ainda dentro da questão da comunicação novamente a equipe técnica identifica a necessidade de uma maior circulação de documentos públicos, sobretudo memórias e Atas de reuniões, das reuniões que ocorrem entre FUNAI, Consórcio Energético Cruzeiro do Sul e Ministério Público. A circulação dessas informações oficiais lançaria luz sobre o trabalho da equipe técnica, pois tais documentos são responsáveis por fornecer as diretrizes e a interpretação do processo pelos órgãos fiscalizadores e mediadores do PBA-CI o que, consequentemente, passa a figurar como normatização do trabalho das equipes de campo. Para tanto, coloca-se a necessidade do estabelecimento de um canal de diálogo e circulação de informações para que o corpo técnico acesse esses documentos oficiais, tornando o processo mais transparente não apenas para a

equipe técnica, mas principalmente para as comunidades indígenas que também reivindicam o acesso a essa informação.

- MANTER E FORTALECER A ATUAÇÃO DOS COMITÊS GESTORES LOCAIS NA GESTÃO DO PBA-CI:

No período inicial de cinco anos constatou-se a importância dos Comitês Gestores Locais, sobretudo pela sua provada eficácia como canal de diálogo, que figura como instância estruturante da execução do PBA-CI nas Terras Indígenas. Manter o adequado funcionamento dessa instância e fomentar a existência desse canal de comunicação vital para o bom andamento do processo como um todo, o qual reflete ainda, sobretudo, no fortalecimento do protagonismo indígena na gestão do PBA-CI, figura-se como uma recomendação técnica essencial.

- PROTOCOLO DE RESPOSTA FORMAL, COM PRAZO PREDEFINIDO, AOS DOCUMENTOS (ATA) ENCAMINHADOS PELOS CGLS:

A eficiência dos Comitês Gestores Locais no estabelecimento de um canal de diálogo pode também servir como modelo metodológico para se pensar a comunicação em outras camadas dentro do PBA-CI. Os CGLs, apesar de cumprirem seu papel no nível local, não obtêm tanto êxito no estabelecimento do diálogo para fora dessa instância, com destaque para o CECS. Mesmo apresentando uma disposição ao diálogo de forma legítima, sobretudo através de suas Atas de reuniões, não foi estabelecido um procedimento para que as solicitações tenham uma resposta formalizada. A falta de resposta para esses documentos dos CGLs traduz, de forma obtusa, que não existe um entendimento consensual sobre a natureza desses comitês como atores legítimos do processo, o que incorre em distorções de uma das premissas básicas e estruturantes do PBA-CI.

Diante desse diagnóstico a equipe técnica do PBA-CI sugere a instauração de procedimentos administrativos mais eficientes que controlem o recebimento das Atas dos CGLs pela coordenação geral do PBA-CI e defina, em caráter normativo, o prazo máximo para o envio de resposta formal. Tal controle poderia ser realizado através de protocolos de recebimento e

resolveria de forma satisfatória grande parte dos problemas de comunicação oriundos da ausência de respostas formais aos CGLs e da ausência de posicionamento efetivo por parte do PBA-CI diante de muitas questões apresentadas por essa instância.

- CONSTRUÇÃO DOS PLANEJAMENTOS EXECUTIVOS DA AGRICULTURA E ÁREA ANIMAL PELOS CGLs:

A agricultura de forma geral nestes 5 anos avançou mais do ponto de vista quantitativo nos cultivos de milho, feijão e arroz de forma mecanizada, principalmente no modelo de agricultura orgânica de substituição de insumos. Este modelo apesar de ter desempenhado um papel importante de produção de alimentos orgânicos em uma escala significativa para o autoconsumo das comunidades e poder ser um sistema de transição da agricultura convencional para a agroecologia, ele apresenta limitações em relação à dependência de insumos, recursos e conhecimento externos. Desta forma, recomenda-se que o planejamento das ações de agricultura e área animal que estão previstas para serem realizadas continuem considerando o acúmulo da experiência destes 5 anos e, metodologicamente, estabeleçam a forma de implantação destas ações para ampliar a construção do sentimento de pertencimento, a autonomia e a continuidade dos sistemas produtivos. Para tanto, faz-se necessário continuar com a ampla discussão, no sentido conceitual, dos objetivos das ações do PBA-CI e de que forma as Terras Indígenas interpretam e pensam a construção de continuidade dos programas mesmo após o término do planejamento inicial.

- PACTO DE RESPONSABILIDADES NA ELABORAÇÃO DAS PROSPOSTAS E PLANEJAMENTO DAS AÇÕES:

A definição das atribuições e do papel de cada um dos atores envolvidos no processo deve, necessariamente, integrar o planejamento construído coletivamente em todas as instâncias. A construção de futuro a partir do pensamento indígena e da reflexão sobre os objetivos de cada ação figura, em princípio, como principal objetivo do PBA-CI. Tratar essa perspectiva com a seriedade merecida implica em estabelecer rearranjos no curso das ações numa tentativa de desenhar o cenário no qual pretende-se chegar. Para tanto a definição das responsabilidades

específicas de cada ator nesse processo vai de encontro, sobretudo, à construção da autonomia e do protagonismo na escolha de futuro das Terras Indígenas. Neste sentido recomenda-se que no planejamento para continuidade das ações seja estabelecido e acordado, com a participação de todos os atores envolvidos, o papel e as responsabilidades de cada um na implementação das ações compreendendo CECS, lideranças e funcionários indígenas, técnicos de campo e instituições.

Rua Comendador Araújo, 143 – 19º andar – Ed. Executive Center Everest
80420-000 – Centro – Curitiba - Pr
TEL (41) 3028 4300
FAZ (41) 3028 4310

8. Considerações finais

Este relatório do quinto ano do PBA-CI traz, além da análise das realizações do último ano, como foi o caso dos anteriores, também um apanhado das realizações dos anos precedentes, estabelecendo, um marco ao final do planejamento inicial. Tal análise se fez necessária para que o CECS pudesse ter uma clareza em relação ao que já fora realizado e do que ainda encontra-se pendente, para que pudesse se posicionar em relação à continuidade do programa, tendo em vista a ausência de orientações de órgãos fiscalizadores.

O empreendedor apresenta, portanto, a sua visão e a sua perspectiva a partir de levantamento criterioso do PBA-CI, instrumento resultante de um trabalho sistemático participativo que já representa legitimamente os anseios e as necessidades das comunidades indígenas participantes do processo.

O relatório apresenta também análise crítica do PBA-CI com base na experiência dos cinco anos iniciais de execução elaborada tanto pelo empreendedor como por sua equipe técnica. Destas análises foram feitas proposições para melhorias dos processos e dos procedimentos para a continuidade e finalização das ações ainda pendentes, o que inclui a implantação do gerenciamento de projeto para melhoria da gestão.

9. Anexos

Os anexos deste relatório se encontram no CD que o acompanha e consistem no detalhamento da execução das ações elaborado pelas equipes técnicas de campo.